



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 30

Sessão Extraordinária Agosto

Sessão em 12/08/2015

Aos doze dias do mês de Agosto do ano dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, secretariado pelo Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroteia, na qualidade de Primeiro Secretário, e pelo sucedâneo Rogério António Gonçalves Cachide, na qualidade de Segundo Secretário, com a presença dos Vogais, Rui Alexandre Gonçalves Rei, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Mónica Filipa Cristovão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, Davis Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Jorge Manuel Henriques Medeiros Greno, Antero Marques dos Santos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Paulo Jorge Coimbra Fontes, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, Manuel Vieira dos Santos, Jorge Manuel do Nascimento, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Henrique da Rocha Vieira, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.^{.001}

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta Sessão faltaram o Presidente de Junta António Ildebrando Nunes Costeira e os vogais Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro e António dos Santos Costa.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o actual Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Maria do Rosário Lopes Carvalho, Luís Miguel Capão Filipe, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e Paula Cristina Dias Urbano Antunes.

Não estiveram presentes os Vereadores, João Francisco Carvalho Sousa e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

De seguida, nos termos artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento do pedido de retomar de funções do Vogal **Paulo Alexandre Florentino Marques**.^{.002}

Continuando, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Primeira Secretária da Mesa Maria José Teixeira de Moraes Afonso França, pelo Vogal Rogério António Gonçalves Cachide, e dos vogais Henrique Manuel Moraes Diz, Victor Manuel da Silva Martins, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Maria Cristina

Regales de Jesus Pires, e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Rui Alexandre Gonçalves Rei, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Jorge Manuel Gonçalves Greno, Paulo Jorge Coimbra Fontes e António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, João Carlos Rodrigues Morgado, se fez substituir nesta reunião por Manuel Vieira dos Santos.⁰⁰³

Os sucedâneos na lista de candidatura, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Ana Manuel Torres Pereira, Maria Leonor Nunes dos Reis, Anabela de Almeida Saraiva, João Condinho Vargas, Rita Alexandra Monteiro Baptista, Rui Miguel Bartolomeu Maio, Nuno Orestes Vaz da Silva, e Virgínia Maria Melo Matos, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa leu a “Ordem-do-Dia” constante da Convocatória para esta Sessão Extraordinária de Agosto, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Apreciação e votação do Concurso Público de Concessão dos Serviços Públicos de Transporte Rodoviário de Passageiros e do Serviços de Transporte Fluvial de Passageiros e Viaturas e do Centro Coordenador de Transportes;

Ponto 2. – Apreciação e votação da Opção de venda da participação detida pelo Município de Aveiro no Capital Social da ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, SA.

(Nos termos regimentais, todas as intervenções têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 1. – Apreciação e votação do Concurso Público de Concessão dos Serviços Públicos de Transporte Rodoviário de Passageiros e dos Serviços de Transporte Fluvial de Passageiros e Viaturas e do Centro Coordenador de Transportes.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 05/08/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁰⁴ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

“Esta matéria exige uma nota introdutória dada a importância do assunto e para apresentar as condicionantes base e as principais motivações que nos levaram a levar esta proposta à Câmara Municipal e depois da aprovação em sede de Executivo trazê-la à Assembleia Municipal para que este processo, com a sua aprovação definitiva, tenha o devido seguimento.

No fundo é uma matéria que temos vindo a discutir há muito tempo, desde que o processo de auditoria da Câmara Municipal revelou a nossa realidade, desde que constatámos o

incumprimento, por parte da Câmara Municipal, no que respeita às novas regras de gestão do chamado sector empresarial local. Feitas as análises, tidas todas as discussões, esta proposta é trazida à Assembleia Municipal com a convicção de termos uma boa proposta, de escolhermos a melhor das hipóteses que nos foram presentes, para que possamos dar à gestão dos serviços de transportes do nosso município uma condição de qualidade, de sustentabilidade, a vários níveis, técnico, financeiro e social, que nós próprios exigimos numa perspectiva de patamares sempre crescentes de qualidade.

Há cinco matérias principais, ou cinco naturezas de matérias, que enquadram esta nossa proposta. Em primeiro lugar, a decisão que está em curso, que a Assembleia Municipal tomou, de extinção da MoveAveiro que deriva da Lei 50 e que não tem discussão. Nós temos que seguir este caminho, já o devíamos ter seguido há muito tempo, mas, pronto, estamos agora a segui-lo. Todas as muitas operações de dissolução e extinção da empresa estão em absoluta execução e esta é uma condicionante fundamental. A este nível importa também referenciar que temos um outro problema para resolver, que o quisemos descrever com palavras cuidadas mas com uma clareza absoluta, e passo a ler esse parágrafo para que não escolha outras palavras que estraguem a objetividade, dado que essa condicionante tem delicadezas muito objetivas. Trata-se de um facto ser necessário terminar com a situação de cedência, cedência com as devidas aspas, pela MoveAveiro a um operador privado de um conjunto de circuitos urbanos de transportes de passageiros, anteriormente operados pela empresa municipal, pela MoveAveiro, de forma não consentânea com as regras da boa gestão e da cuidada contratação pública. Esta é uma circunstância que temos e que temos, obviamente, que resolver colocando-a na devida ordem. Por isso, nas operações de gestão que estão dentro do caderno de encargos desta concessão lá estão todas as linhas de transportes rodoviários urbanos, aquelas que são diretamente operadas pela nossa empresa MoveAveiro, e aquelas que atualmente são operadas pelo operador privado que tomou a posição por cedência, por omissão, chamemos-lhe assim, de operação da MoveAveiro.

Dentro deste quadro todos os cuidados legais e de gestão ética e relacional com os nossos funcionários, sejam aqueles que têm vínculo à empresa, sejam aquelas que trabalham na empresa sob o vínculo à Câmara Municipal, têm sido cuidados numa interação sempre próxima com os próprios, como é evidente, porque são eles as pessoas principais, e com os sindicatos representativos dos nossos funcionários, no cumprimento do quadro legal que temos; às vezes querem-se coisas que até podem ser muito interessantes mas que estão fora do quadro legal que temos para respeitar. Esse importantíssimo dossier dos recursos humanos está devidamente cuidado em todo este processo. Obviamente que na análise financeira, no que respeita à questão das despesas, há necessidade muito relevante de investimento que nós temos para cuidar de um patamar de qualidade que queremos ter, seja na prestação rodoviária, seja na prestação fluvial, chamemos-lhe assim, a concessão pareceu-nos, de forma muito clara, a melhor solução. Por um lado a Câmara mantém a titularidade da operação, com toda a gestão, com toda a liderança naquilo que são as matérias importantes, sempre temos a tendência de achar que o controlo do tarifário é a matéria mais importante; eu não subscrevo inteiramente essa perspectiva, mas, de facto, o controlo tarifário é uma matéria muito importante neste processo e a concessão garante essa titularidade absoluta à Câmara Municipal; conseguindo entregar a operação a um operador privado, correndo com sucesso todo o procedimento concursal, e ganhar, por aí, a capacidade de investimento para modernizar, para qualificar, a nossa frota rodoviária e a nossa frota fluvial, há compromissos que estão desenhados no caderno de encargos muito fortes, a esse nível, porque atingimos o nível de degradação excessivo na qualidade da nossa frota. Portanto, esta componente é muito importante na escolha da solução da concessão. Por outro lado a redução da factura da Câmara na gestão desta operação, nós vamos com uma factura, nos últimos anos, entre dois vírgula dois e dois vírgula três milhões de euros de

transferência financeira para garantir a sustentabilidade da operação. O nosso cálculo é que com a operação de concessão nós baixamos essa integração financeira que tem que continuar a existir, porque há uma componente dos transportes que tem que ser financiada para garantir o tarifário que temos nos transportes com fins sociais, nomeadamente os transportes escolares, e que queremos que seja o nosso concessionário a prestá-lo. Para isso temos que o pagar. Essa componente passará a ter uma compensação financeira na casa dos zero vírgula oito ou zero vírgula nove milhões de euros, fazendo a tal redução de cerca de um vírgula quatro milhões de euros na factura que a Câmara tem que pagar anualmente para garantir o funcionamento dos nossos transportes.

Também aqui é uma questão de menor importância, mas também é importante, encontrarmos solução para dotar a Câmara Municipal de três viaturas de transportes de passageiros, uma de grande dimensão e duas de média dimensão, para o trabalho que queremos fazer com as nossas associações e com a nossa comunidade educativa. Atualmente temos um meio autocarro com a sua vida útil mais que ultrapassada, tivemos que reduzir o seu raio de Acção porque ele já não aguenta viagens de longo curso; as últimas duas acabaram com o fim da viagem feito de táxi. Portanto, temos esta oportunidade de retirar da empresa para a Câmara estes três ativos, não os colocamos à concessão; todos os outros vão para o caderno de encargos da concessão e isto é uma operação muito importante, com um valor financeiro muito importante, e que nós também quisemos utilizar nesta operação que aqui estamos a apresentar.

A outra, sinceramente, não estava nos nossos desenhos iniciais deste processo e que tem a ver com o Centro Coordenador de Transportes. Neste percurso fomos entendendo, quer pela nossa reflexão, quer pelas nossas discussões, entre nós eleitos, com as nossas equipas técnicas, quer da empresa, quer da própria Câmara, que o Centro Coordenador de Transportes, construído e nunca ativado, era um valor relevante. Consultado o mercado, o mercado confirmou-nos isso e dá importância àquele ativo. Por isso entendemos que estava aqui uma boa oportunidade para adaptarmos e qualificarmos o edifício, que tem um conjunto de problemas, nomeadamente na sua cobertura principal e que tem de ser totalmente alterada, e colocámos dentro da concessão a qualificação e a gestão e exploração do centro Coordenador de Transportes. Entendemos que esta é uma mais-valia complementar muito importante para a gestão das múltiplas operações no transporte rodoviário e na sua ligação ao importante transporte ferroviário e, obviamente, à capacidade que nós temos em ter uma estação da nossa linha ferroviária principal ao lado do Centro Coordenador de Transportes. Iremos ficar com o estacionamento e com a BUGA, por administração direta. Entendemos que as suas relações com o espaço público, a quantidade de investimento, e a relação com outras tipologias de operações que queremos fazer exigia tomarmos esta decisão.

Estão aqui as razões principais desta operação que entendemos importante, que entendemos com um percurso de desenvolvimento, com a decisão da nossa Assembleia Municipal, com o bom sucesso, o bom caminho, do concurso e, obviamente, é determinante, com o visto do Tribunal de Contas; só a partir desse visto é que teremos condição de operar. Este é o quadro de valores que motiva esta nossa proposta, estando ao dispôr para participar ativamente no debate.”

Membros da Assembleia

Vogal António Neto (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁶

“Muito obrigado Senhor Presidente. Que fique clara a posição do Bloco. Rejeitamos a entrega a privados da MoveAveiro ou partes da mesma. Em coerência temos feito esse caminho. Apresentámos nesta Assembleia e na Assembleia da República diversas propostas nomeadamente da municipalização da MoveAveiro e tentativa da sua inter-municipalização.

Propusemos indemnizações compensatórias à MoveAveiro por parte do Estado como à data os transportes públicos do Porto recebiam. As propostas foram chumbadas pelo PSD-CDS e também pelo PS, mas mostra como afinal havia alternativa

As escolhas dos executivos municipais foi diferente. A criação da empresa municipal foi um erro. A transformação de rotas pendulares em rotas circulares, a entrega de linhas com mais procura a uma empresa privada, foram mais uma desistência, foram a destruição. A opção presente de concessão é a conclusão deste destino.

Fomos contra qualquer entrega a privados de quaisquer serviços públicos essenciais. Mas vejamos as condições deste negócio para perceber como são lesivos para a população.

Em primeiro o prazo e as condições de investimento. A concessão serviços dos autocarros poderá ter no máximo por dez anos — esta concessão é quinze mais cinco. Ou seja, vinte! Se uma década é demasiado, atravessando diversos executivos municipais, vinte anos é uma enormidade. E como chegamos a esta enormidade? Incluindo investimento na concessão com a construção do centro coordenador de transportes com um custo previsto de quinhentos mil euros. Ou seja, associa-se a necessidade de investimento na concessão para além de alargar o prazo, mas esse investimento não será na MoveAveiro será noutra infraestrutura a ser criada e explorada.

Com estas normas garante-se que não há qualquer obrigatoriedade ou necessidade por parte do operador privado de investir no serviço de autocarros. Só por isso aparece nesta estória o centro coordenador de transportes. Somos favoráveis à criação do centro coordenador de transportes. Mas a partir da criação do centro coordenador transportes é um mau negócio. É uma cláusula abusiva que desprotege o serviço de autocarros para alargar a entrega a privados.

Em segundo, o concurso prevê que a Câmara pague uma renda à empresa privada que fique com a concessão. Supostamente para cumprir as obrigações de serviço público ao mesmo tempo que estamos precisamente a retirar um bem coletivo de esfera concelhia.

Num momento em que teremos menos controle e menos poder de decisão não faz sentido garantir indemnizações compensatórias a garantir o jackpot.

Em terceiro, os tarifários. Uma qualquer concessão ou privatização é sempre sinónimo de aumento de tarifas. O contrato prevê o aumento de tarifas. Por exemplo, a tarifa única pode passar de 1,90€ para 2,00€. Mas isto é apenas o começo. O texto é claro, o tarifário tem como critério a sustentabilidade financeira sem contar com as várias externalidades positivas geradas com a entrada da frota móvel, a manutenção das estradas, os lugares de estacionamento, a poluição, a diminuição de acidentes automóveis.

Em todas estas matérias não há poupança ao erário público. Isto para além do aumento da qualidade de vida.

O critério de um serviço público deveria ser a sua utilidade pública. Mas não. O critério que aqui temos é o de garantir o lucro ao operador privado e em cima disto leva ainda indemnizações compensatórias. O verdadeiro negócio das arábias!

Em quarto, não faz sentido que a política de estacionamento não esteja coordenado com a política de autocarros por exemplo. O desmembramento da MoveAveiro não faz sentido.

Em quinto o concurso decorre de uma empresa privada gerir parte das carreiras da MoveAveiro — é inaceitável.

Em sexto, e por último, quero deixar uma palavra a todas e todos trabalhadores da MoveAveiro que ao longo destes anos defenderam sempre o serviço público. Reconhecer o seu trabalho e a sua luta. E temos fundadas preocupações sobre o futuro do seu posto de trabalho e os respetivos direitos. Esta concessão desprotege-os e abre a porta ao abuso e aos despedimentos. Entendemos que esta matéria é um péssimo negócio para Aveiro. Repetimos, tal como a dívida. Obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁰⁷

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰⁰⁸

Vogal Carlos Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁹

“Muito obrigado Senhor Presidente. Obviamente a concessão da MoveAveiro não é necessariamente uma privatização, penso que em primeiro lugar temos de fazer aqui um ponto de situação à forma como aqui chegámos. Por que há um momento antes e há um momento após. E convém lembrar que é quase um milagre que a MoveAveiro se mantenha a funcionar nos dias de hoje. Porque de facto a gestão dessa empresa municipal nos últimos oito anos foi um verdadeiro desastre. Não vale a pena estar aqui a relembrar as muitas discussões que ocorreram aqui nesta Assembleia, não vale a pena aqui relembrar todas as políticas de mobilidade inexistentes nos dois executivos anteriores a este que aqui está. Portanto chegarmos aqui ao ponto em que está de que temos que ter uma solução, devido ao estado atual da empresa e dos transportes em Aveiro quase que é uma questão óbvia. E portanto uma solução tinha de ser dada.

Agora isto é após. Agora vamos ver o que está aqui preconizado. Há aqui algumas questões que merecem alguma reflexão. Se a gente discutir se a gestão pública é melhor ou pior que a gestão privada, podemos sempre discutir questões que nos levam a pensar porque é que na gestão dita pública as empresas tendencialmente não obtém resultados e porque é que passam para mão privadas e passam a ter. Há quem tenha opiniões diversas sobre isso, mas eu acho que a questão aqui é de perceber qual é a melhor solução para o município em termos de mobilidade e não apenas só em termos de transportes públicos — porque a mobilidade vai muito para além dos transportes públicos. Portanto quando discutimos aqui a concessão dos transportes rodoviários e dos transportes fluviais estamos apenas a discutir uma pequena parte. Portanto há aqui algumas reflexões e algumas questões que eu gostaria de ver esclarecidas.

Em primeiro lugar importa perceber em que é que esta solução se baseia. Nós ouvimos falar de um plano municipal de transportes. Ouvimos falar de um plano intermunicipal de transportes. E a pergunta fundamental, do meu ponto de vista, fundamental para se perceber se é esta a solução adequada para o município de Aveiro é perceber até que ponto é que esta solução se integra ou numa coisa ou noutra. Sendo que atendendo à dimensão do município de Aveiro do ponto de vista dos transportes e atendendo à dimensão dos concelhos que são nosso vizinhos a pergunta é porque vamos concessionar apenas aquilo que são os transportes no concelho de Aveiro não trabalhando uma solução conjunta que supostamente está baseada num plano que está concluído, plano intermunicipal de transportes, que poderia de alguma forma apresentar outro tipo de soluções para aquela que é a gestão da mobilidade num terreno território que necessita obviamente de escala.

Uma outra questão tem a ver com o facto de deixarmos de fora a peça do estacionamento. Ou seja, olhando para a questão da mobilidade estas questões do ponto de vista da integração com certeza que potenciariam outro tipo de articulação explorando o facto de articular esta peças coordenadas. Para poder tomar decisões ao nível do estacionamento e decisões ao nível dos transportes fossem consonantes com os objetivos que se pretendem atingir com a complementação dum sistema de transportes públicos.

E portanto a questão que se coloca aqui é de que passados dois anos de uma situação que é caótica, faz em outubro dois anos que este executivo tomou posse, e a questão é porque é que esta questão não é articulada de uma forma mais extensa? Porque é que durante estes dois anos não foi feito um esforço para articular com os nossos municípios vizinhos uma solução que eventualmente poderia até passar por uma concessão e não tendo sido isso feito, conseguirmos de alguma forma prolongar no tempo esta situação sobre a gestão da Câmara

Municipal para que a situação futura possa ser muito mais profícua do ponto de vista da integração.

Há a questão da linha do Vouga; há a questão do município de Ílhavo; há a questão dos fluxos entre Aveiro/Ílhavo e entre Aveiro/Águeda e entre Aveiro/Albergaria, que com certeza permitiriam um desenho muito diferente daquele que vai ser aqui proposto.

Estamos a falar de uma concessão de 15 anos! A pergunta é também se haverá a possibilidade de durante esses 15 anos reformatar esta solução para que ela possa aparecer no âmbito intermunicipal e esperemos e tenhamos alguma crença, de que o estudo de 'procura' seja bem construído.

Porque aquilo que não deixa de aparecer aqui uma situação algo irónica é termos aqui um modelo muito próximo daquilo que é uma Parceria Publico Privada!? Quando nós sabemos bem qual é a ideia que os partidos que suportam esta maioria tem sobre as PPP.

E portanto há aqui questões de indemnização compensatórias com limite até 20%. Isso penso deve ter como base um estudo de procura e eu espero que esse estudo, como costumamos dizer, não descambe nessa perspectiva. E para já é só.”

Presidente da Mesa⁰¹⁰

“Iria passar a palavra ao Senhor deputado Paulo Marques, mas como não está cá o deputado Santos Costa, vou poder dizer que a minha preocupação de sempre é: ‘onde é que fica o risco’? Não é tanto serem PPP é onde fica o risco. É essa a crítica central hoje em dia.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹¹

Vogal Simão Quina (PPD/PSD)⁰¹²

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹³

“Boa noite a todos. Senhor Presidente, antes de entrar no ponto só um apartezinho. Portando dar as boas vindas à vereadora Rosário Carvalho, dar-lhe as boas-vindas e desejar-lhe um bom trabalho. Mas mais do que isso queria recordar um episódio na nossa campanha eleitoral, que recordo da campanha da Aliança com Aveiro. Eu e a Dr.ª Rosário Carvalho erámos os primeiros a chegar à sede todos os dias por volta das 8:30 horas. E lembro que um desses dias cheguei à sede e a Rosário já lá estava e perguntei-lhe “Rosário, hoje para onde vamos?” e a Rosário respondeu “Manel, vamos para onde formos precisos”. É esse espírito que espero possa trazer a este executivo. É esta certeza de estar onde for preciso. Bem-vinda.

Quanto à concessão dos transportes. Depois de uma análise cuidada a todos os documentos que do nosso ponto de vista estão muito precisos, muito bem elaborados, apraz-me dizer que a Câmara Municipal de Aveiro acabou de transferir mais 562.700 euros para a empresa MoveAveiro para garantir o equilíbrio das suas contas. Neste concurso por concessão, privatização ou venda é-nos garantido que a Câmara mantém a titularidade da operação, garante a requalificação do edificado da envolvente ao centro coordenador de transportes, garante o investimento em novos autocarros por parte da empresa ganhadora, garante percursos e tarifários, garante a passagem de três autocarros da MoveAveiro para o executivo para colocar ao serviço das associações. E também muito importante, baixa os custos anuais de défice da exploração de dois milhões de euros para menos de um milhão.

Estamos a falar de uma empresa MoveAveiro que apresentou resultados negativos superiores a um milhão e meio de euros nos últimos anos de exploração, não tendo feito nenhum investimento em material circulante. Encontrando-se a maior parte deste obsoleto e em fim de tempo operacional, sendo considerado para o efeito um investimento considerável e que por força da situação financeira não pode fazer.

Com a concessão mantêm-se em pleno o objetivo social dos transportes, suportando como refere a documentação deste executivo, um valor certo e que está definido e fixado em cadernos de encargos, por cada travessia nos fluviais ou ao quilómetro nos transportes de autocarro.

Também não quero deixar de realçar que em relação aos funcionários adstritos à empresa o executivo colocou todo o empenho na gestão destes recursos humanos tratando este dossier com o cuidado que ele merece, procurando sempre as melhores soluções num quadro do cumprimento da lei e da utilização de todas as disponibilidades legais disponíveis, tendo em conta que os recursos humanos foram, são, e serão um elemento muito importante na gestão e concessão destes transportes terrestres, fluviais, e do centro coordenador de transportes. Esta opção, a concessão, não é uma solução de momento. É sim uma solução de futuro e que no presente alivia fortemente os cofres do executivo poupando centenas de milhar de euros aos aveirenses.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁴

“Algumas notas em relação ao que foram as vossas intervenções e que desde já agradeço. O António Neto, aliás não foi o único, falou do prazo e que é uma questão importante. Havia alguns erros naquilo que referenciou, aliás o Dr. Jorge Nascimento referenciou bem. O quadro legal que temos em vigor tem um prazo limite para este tipo de operações e que são vinte anos; o limite é de vinte anos. Quando nós partimos para esta operação a nossa perspectiva era dez anos com duas renovações, cinco mais cinco; era a nossa perspectiva de base. Posso-vos dizer que a versão final foi a nona versão que nós trabalhámos e eu diria que até à sétima versão o prazo que estava era de dez anos e depois duas renovações de cinco anos. O quadro legal tem essa limitação mas a simulação financeira que nós fizemos, porque isto tem por trás documentos que estão na plataforma, são peças de trabalho para que este documento esteja em cima da mesa. Nós tivemos que nos colocar do lado da empresa que vem fazer a operação e simular como é que seria a sua vida financeira na gestão da operação. E porque é que nós saímos dos dez anos da versão inicial para os quinze? Porque nos dez primeiros anos a empresa não consegue ter retribuição nos investimentos que faz. Esta nossa concessão tem uma carga de investimentos muito relevante que num prazo de concessão de dez anos não permite recuperação de capitais com as taxas que são normais neste tipo de negócios. A simulação financeira é fundamental neste tipo de operações para nós vermos como é que o mercado vai olhar para o concurso. Corremos sempre o risco do concurso ficar em branco, de não adjudicarmos por não haver nenhuma boa proposta; corremos sempre esse risco. Mas procurámos fazer todo um trabalho para baixar esse risco o mais possível. Devo dizer que também houve aqui muito trabalho de análise comparativa com os concursos que estão a correr parecidos com o nosso, o de Vila Real mais importante, o que ainda está em fase preparatória na Covilhã e aqueles mais famosos, que tivemos que analisar com a devida proporção das diferenças, que foram o da STCP no Porto e o do Metro e da Carris em Lisboa. Foi feito um imenso trabalho para olharmos para a própria operação mas também a análise de outras operações para tentarmos ter uma proposta sensata, correta, sustentável, nas suas componentes totais, nomeadamente na financeira. Deixar-vos claro que a nossa perspectiva inicial de dez mais cinco mais cinco entendemos ter que a alterar para quinze mais cinco, dado que na nossa simulação financeira em dez anos não seria possível fazer a devida remuneração dos capitais, nomeadamente por força da dimensão do investimento necessário.

Quanto à questão do Dr. Jorge Nascimento, aliás o Francisco Picado também abordou esta matéria, dos estudos. Nós achamos sempre que faltam estudos. Sinceramente, neste dossier pode faltar muita coisa mas estudos, Sr. Doutor, é coisa que não falta mesmo. Eu

compreendo e não vos critico que vocês não conheçam profundamente o PIMTRA, Plano Intermunicipal de Transportes da Região de Aveiro. Assim como compreenderão que eu conheço profundamente, peça a peça, trabalhei nele nos quatro anos da sua execução. Compreendo que vocês não conheçam o Plano Municipal, que não está terminado mas está em reta final, e não tenham tido a oportunidade de ler qualquer um dos documentos que há muito tempo estão no nosso site, ou terem ido a conferências uma das quais aqui nesta mesma sala. Eu também compreendo isso porque os profissionais somos nós. Agora, é bom que tenhamos consciência, e prova-se aquilo que eu estou a dizer lendo os documentos, que aquilo que são as aprendizagens que se tiram do diagnóstico dos dois planos e aquilo que são um conjunto de medidas propostas pelos dois planos estão bem consideradas aqui. Aliás, eu diria mais: foram fundamentais nalgumas opções que aqui tivemos que tomar. É evidente, e perguntava o Francisco Picado, porque é que não vamos para uma operação intermunicipal? Pelo mesmo motivo que não podemos privatizar a empresa. Nós podíamos ter tentado privatizar no sentido da alienação, vamos vender a MoveAveiro. Porque é que não o tentámos? Por uma coisa muito simples: era um ato garantidamente falhado porque ninguém quer comprar a MoveAveiro. Mesmo que tivéssemos essa opção de base, que não tínhamos, o exercício de análise disse-nos uma coisa muito clara: ninguém está interessado em comprar esta empresa. A mesma coisa quando nós falamos e trabalhamos com os municípios vizinhos ninguém quer ser parceiro desta operação de transportes. Eu próprio, nas minhas experiências anteriores, recusei ser parceiro. E então como é que nós poderemos vir a ser parceiros? Com duas operações que, eu ia dizer, que vão garantidamente acontecer; ia ser exagerado. Mas com duas operações que têm uma boa probabilidade de acontecer. Ponto um. O Município de Aveiro pôr em ordem a sua operação. Os outros municípios são bons gestores, querem continuar a ser bons gestores e não estão para serem parceiros de más operações; e fazem eles muito bem. Portanto, primeira condição: nós pormos a nossa má operação em condições. E esta peça da concessão é fundamental. Ponto dois. Finalmente o Governo, finalmente um governo em Portugal, faz uma profunda reforma muito pouco falada mas importantíssima, que está recentemente plasmada na Lei desde o dia nove de junho, que é a Lei 52 de 2015, que é o novo regime jurídico de serviço de transportes públicos de passageiros. É uma peça capital que vem finalmente permitir a descentralização da competência atualmente do Estado central na gestão dos transportes públicos para as comunidades intermunicipais. É bom não esquecer que Aveiro tem a operação na sua mão, mas os outros dez municípios que conosco partilham a Região de Aveiro têm a sua operação na mão do Estado central que lançou concessões e que, no caso, as dez operações, estão entregues a duas empresas privadas. Mas quem foi a entidade que concedeu, quem é o concedente? Ao abrigo do regime jurídico que ainda está em vigor é o Estado central. É uma reforma importantíssima e que está acolhida pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro há muito tempo. Porque depois de terminado o PIMTRA iniciou o trabalho uma equipa que chamamos de grupo técnico da mobilidade, que tem um técnico de cada município mais um técnico da Comunidade Intermunicipal, liderado por um técnico da Câmara Municipal de Aveiro que é o técnico mais capaz, no caso uma técnica, mais capacidade tecnicamente para liderar esta operação. E estamos a fazer o quê? A prepararmo-nos para sermos a autoridade intermunicipal de transportes e virmos a gerir a operação dos onze municípios somados. Temos uma operação legalmente condicionada até dois mil e dezanove, o regime jurídico diz, com um conjunto de passos, é um regime complexo, que temos até dois mil e dezanove. Nós já temos o nosso cronograma pronto, a operação está devidamente datada, não devo nesta fase falar em público sobre essa matéria, mas queremos atingir o objetivo antes de dois mil e dezanove. Obviamente que o Município de Aveiro tem um papel fundamental neste processo. Não é por presidirmos à Comunidade Intermunicipal, neste caso. É porque a operação de Aveiro é fundamental para a operação de transportes da

Região. Mas só pode ser fundamental se estiver bem gerida, se estiver como está hoje não seremos capazes, não temo hipótese de sermos parceiros de coisa nenhuma. Há de facto uma carrada imensa de estudos, Dr. Jorge Nascimento e Francisco Picado. Em determinada altura ficou claro, como sabem eu, como vice-presidente da ANMP estou num ponto em que sei observar as dinâmicas da produção legislativa, que a certa altura, quando tivemos a certeza que o Governo ia dar esse passo, produzindo a legislação que hoje é Lei, teríamos de esperar por este quadro. Este quadro é de uma importância enorme, é uma enormíssima reforma. Vejam que em Lisboa e no Porto, são sempre as áreas mais importantes por força da densidade populacional e da importância das operações de transportes, as Autoridades Metropolitanas de Transportes têm até ao final deste mês para serem integradas nas Áreas Metropolitanas respectivas. Portanto é um processo que está em plena execução e nós estamos a capacitar. Temos pena de sermos a única Comunidade Intermunicipal do país preparada para dar este passo. Mas outros não-de vir, se acharem por bem, se acharem bem para as suas operações. Portanto, esta matéria está muito estudada. Nota dois. A nossa equipa técnica, composta por técnicos que hoje são a nossa divisão de Mobilidade e Transportes, temos uma equipa técnica com gente altamente capacitada, a nossa equipa técnica da MoveAveiro, gente com a experiência da gestão da operação, e todo o trabalho que fizemos com outras Câmaras Municipais, com outras empresas públicas e privadas, foi, de facto, um estudo de uma profundidade que nos demorou mais tempo do que aquilo que nós perspectivávamos; sinceramente nós sempre pensámos que estaria pronto no final do primeiro trimestre deste ano; mas essa obrigação a que nos determinámos, de cuidar bem, de analisar profundamente, de estudar bem e de enquadrar esta operação com a devida qualidade, foi um ato, para nós, absolutamente central. Há componentes com a que o Dr. Jorge Nascimento referenciou. Porque é que pomos zero vírgula cinco por quilómetro, de valor máximo de financiamento? Tem a ver com o histórico da nossa própria operação, tem a ver com a análise comparativa de outras operações e tem a ver com a folga porque as empresas que virão ao concurso têm que dar desse valor para baixo, esse é o valor limite. Portanto, esse valor e os dois valores do ferry, custo-viagem, ou melhor, o financiamento viagem de autocarro e o financiamento de viagem lancha, são os limites máximos. Os concorrentes têm que vir propor valores inferiores. Já no quarto parâmetro de análise, para responder a uma outra questão que foi colocada, a base do rendimento do CCT e que deveria, na opinião do Dr. Jorge Nascimento, mais valorizado. É precisamente no quarto parâmetro do concurso que está. Aí o que é que nós colocámos? Colocámos uma oferta mínima de duzentos mil euros, aí já funciona ao contrário porque os concorrentes têm que apresentar um valor de duzentos mil para cima. E o que é que eles valorizam aí? Valorizam o CCT e valorizam a própria operação. Não sei se têm estado atentos nomeadamente aos resultados dos concursos de Vila Real, do STCP, do Metro e da Carris. Há um grande operador mundial que veio para Portugal comprar mercado. Decidiu vir para Portugal comprar mercado. É aqui, neste quarto critério, que tem uma ponderação, no nosso caso não é muito grande, de dez por cento porque valorizámos muito mais os outros fatores que são, na nossa opinião para a gestão total, mais importantes do que este, valem só noventa por cento, a diferença é tão só esta e este só vale dez, mas é aqui que as empresas vão dizer que para o CCT e a operação no seu conjunto vou dar duzentos mil ou vou dar dois milhões, porque aqui só há limite inferior. E há a gestão dos seiscentos mil quilómetros. Há uma nuance em relação àquilo que se fez, por exemplo, no concurso anterior que acabou por não se adjudicar, é que anteriormente cofinanciávamos todos os quilómetros, os ativos, quando o autocarro está em operação real, e os passivos, quando o autocarro se desloca ou para ir para a casa do funcionário ou para ir iniciar uma linha. Neste processo nós só financiamos os quilómetros ativos. Para estes ativos serem seiscentos mil é preciso fazer o tal milhão, mas essa parte não é connosco, o seu financiamento é do operador que tem que condicionar a sua racionalização

o melhor possível; nós cofinanciamos a operação real, as tais doze linhas que estão no caderno de encargos, desde o momento em que começa até que acaba e o número de vezes, que está devidamente definido para cada linha em cada uma das peças do concurso. Permitam-me só lembrar que a construção do CCT tem cerca de vinte e cinco anos, e a verdade é esta: em vinte e cinco anos não serviu para nada, para nada em termos de coordenação de transportes. Tem lá estado, e muito bem, cumprindo uma função social importante o nosso Banco Alimentar e a sede da nossa empresa MoveAveiro. A MoveAveiro está lá, mas como coordenação de transportes zero vírgula zero; preservou-se o nome para memória de quem teve a ideia, menos mal. A verdade é que a operação, em vinte e cinco anos, em lucratividade social, financeira, etc., foi zero vírgula zero. Ou melhor, vou corrigir: abaixo de zero porque desqualificámos o edifício e hoje precisamos para a sua recuperação de um investimento. Diriam alguns “oh Sra. câmara arranje dinheiro e faça o investimento”. Pergunto eu: onde é que se arranja dinheiro para isto? Onde? Com que justificação é que nós arranjamos dinheiro para isto, cumprindo a lei? Onde é que há fundos comunitários? Já toda a gente conhece o Portugal 2020, julgo que já toda a gente estudou o quadro todo. Onde é que há elegibilidade para uma despesa deste género? Se encontrarem algum digam-me, nós, no nosso trabalho, ainda não encontramos. Não encontramos mesmo. A meio deste caminho, porque não era nossa perspectiva inicial, achámos que esta era uma boa solução de enquadramento para virmos a ter uma operação de coordenação de transportes aproveitando uma localização que está muito bem esgalhada na relação rodoviária com a relação ferroviária e com outros modos de transporte que estamos já a cuidar, nomeadamente a plataforma central da operação da nossa nova BUGA. Há que dar importância a este nó que no PIMTRA esta plataforma está definida como o nó central da operação de transportes de toda a Região de Aveiro; a Estação e toda esta zona envolvente à Estação. É neste caminho e neste enquadramento e nesta consequência de trabalhos de estudo e de análise que demoraram quatro anos que nós colocámos esta proposta, que seguramente tem defeitos e patologias, o concurso dar-nos-á nota de algumas, por isso há a fase de erros e omissões, por isso é que algumas das vossas preocupações sobre se isto é tudo fixo e não haverá hipótese de reformatação estão no caderno de encargos e no programa do concurso. Obviamente que na relação entre concedente e concessionário há espaço, não vou dizer de ajustar tudo, de ajustar tudo não há, mas há espaço de ajustar um conjunto de coisas, nomeadamente aquela que é a nossa perspectiva sobre o que é o desenvolvimento do território. Pode haver uma surpresa que nós hoje não vemos de uma área urbana seja lá onde for e que hoje nós não ponderámos; o contrato permite que nós com o nosso concessionário acertemos a linha, criemos uma linha nova, uma paragem nova, ajustemos um traçado. Está cá previsto, entendemos nós, de forma rigorosa e clara, perspetivando essa relação que tem que ser clara e matematicamente definida entre concedente e concessionário, mas que tem que ter espaço para as dinâmicas que não condicionamos em absoluto, nem no horizonte de cinco anos, quanto mais num horizonte de dez, de quinze ou de vinte anos. Esse espaço existe e está aqui devidamente considerado.

Deixar claro que não estamos a privatizar, às vezes por uma questão de linguagem usa-se esse termo, mas não estamos a privatizar nada, estamos a concessionar. Mas também deixar claro que a ponderação da privatização nem sequer passou para um passo experimental porque os sinais do nosso mercado foram muito claros: ninguém quer comprar esta operação porque ela tem as patologias estruturais de vários níveis, nomeadamente no seu défice crónico e ninguém está interessado em comprar empresas no estado em que a nossa empresa está.

O Francisco Picado coloca a questão que o estacionamento é deixado fora. Não, Francisco, é exatamente o contrário. Esta nossa decisão é exatamente para o deixar dentro. E dentro na mão da administração direta de quem tem que fazer muito trabalho de qualificação do

espaço público, de quem tem que fazer muito trabalho de adequação do nosso estacionamento pago à nossa realidade, já fizemos uma reforma e estamos a preparar a segunda reforma e de quem tem a ponte da liderança da concessão. Nada ficou de fora, está na nossa mão a liderança da concessão, como está na nossa mão a condução do processo de estacionamento que já temos e, seguramente, aquele que o futuro nos trará. Esta operação também permite que nós tomemos conta dessa perspectiva.

O Paulo Marques usou uma frase que é aqui uma ajuda muito lapidar. Nós, com esta operação, garantimos à partida, estamos em pressupostos, crescimos de qualidade e poupança financeira para o Município. Resume-se aqui a nossa perspectiva, os nossos estudos apontam para aí, obviamente que o concurso tem que correr bem, temos que entregar à melhor proposta, que seja uma boa empresa. Há aqui um cuidado de gestão qualitativa que tem que ser permanente e nós não podemos abandonar quando um dia assinarmos o contrato com o concessionário. Esta é uma operação ativa, permanente, em que a relação concedente-concessionário tem que ser diária e não é apenas com base nos relatórios previstos no caderno de encargos. Na Câmara ficará residente uma equipa técnica para fazer a gestão e o acompanhamento diário, permanente, em exclusivo da operação de concessão que nós queremos contratualizar.

Clarificando as perguntas do Simão Quina nós não temos condição de internalizar esta operação porque não temos condição de investimento, não temos condição de arcar com um défice operacional de dois vírgula dois ou dois vírgula três milhões de euros. O que é que internalizamos? Com a distinção e a dissolução internalizamos a dívida, porque é uma coisa que não levamos à concessão. Na STCP foi para a concessão, na Carris foi para a concessão, no Metro foi para a concessão, não toda mas uma parte da dívida. Na TAP uma parte da dívida foi para o acionista e por isso alguns pensaram que tínhamos vendido a TAP tão barato. Negativo, está lá a dívida. Aqui a dívida não vai para a concessão, a dívida é internalizada e tratada em sede de programa de ajustamento municipal. Essa é a vantagem, já falámos aqui várias vezes, da justaposição da operação de dissolução e extinção das empresas com a operação de reestruturação organizacional e financeira e de desenvolvimento das operações de contratualização com o Fundo de Apoio Municipal.

Eu diria, usando as palavras do Manuel Prior, que esta é uma solução de futuro, essa é a nossa convicção, com toda a nossa clareza, com toda a profundidade, com toda a seriedade. Esta é uma operação de futuro que nós decidimos por força das condicionantes do presente. Vocês fizeram o exercício de vários “ses”: se a MoveAveiro não tivesse nascido; se a MoveAveiro tivesse sido bem gerida; vários “ses” e tudo isso é legítimo. Há uma pequena nota: a herança, a realidade de hoje, não tem esses “ses”, tem as condicionantes que tem e por ter as condicionantes que tem nós temos que olhar para elas e tomar sobre elas as melhores decisões do tal futuro.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[015](#)

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores deputados, Ex.mo Senhor Presidente de Câmara e demais presentes. Primeiro aspecto, tendo em conta o debate na primeira volta, a estranheza por um debate esquizofrénico, na exata medida de quem fez a gestão política de uma empresa durante anos! Através de executivos camarários, quem assumi-o a gestão durante anos, colocando lá os seus boys, agora venha dizer (e já não foi apenas hoje) e fazer um feroz ataque àquela empresa e àquilo que foi o serviço público que ela foi prestando ainda que naquelas circunstâncias. Portanto isto é um debate absolutamente mirabolante.

Segunda nota. Depois da proposta já aqui votada de extinção da empresa, cumpre recordar que ao contrário daquilo que aqui foi dito a situação daqueles trabalhadores em nada saiu beneficiada. Pelo contrário veem-se prejudicados. Podemos referir o exemplos dos trabalhadores motoristas que com a perda do acordo de empresa veem terminados diversos direitos seus.

E podemos também falar dos trabalhadores da Move Parque que ficando a trabalhar na Câmara numa situação salarial inferior àquela que tinham, aguardaram por Abril de 2016 para saber se ficaram ou não a trabalhar na Câmara.

Importa referir aquilo que o Senhor Presidente de Câmara diz, quando refere que havia uma obrigação legal de extinguir a MoveAveiro. O PCP lembra que essa obrigação legal existindo, devia ter sido trabalhada ao abrigo do artigo 65.º da mesma lei 50/2012. A internalização dos serviços prestados por aquela empresa era necessário e era preciso salvaguardar aquela situação.

Senhor Presidente, olhando para aquilo que são as contas da empresa durante o ano de 2014, refiro 2014 porque foi um ano em que a empresa foi sabotada, foram retiradas linhas, foram entregues o “filet mignon” a um concessionário, mesmo nessa circunstância, olhando para as contas que foram vistas nesta câmara aquela empresa conseguiu aumentar o número de quilómetros, o número de taxa de ocupação, bem como o número de passageiros. Aquela empresa tinha e têm futuro não tivesse sido vítima daquilo que foi feito.

Sobre a MoveAveiro e sobre as contas da empresa o PCP reafirma aquilo que são as contas da mesma. Ou seja, a MoveAveiro incluindo o MoveParque e a MoveRia, teve receitas no ano de 2014 de 1.692 milhões de euros e despesas de 3.900 milhões de euros — o tal défice de 2.200 milhões que o Senhor Presidente até arredondou.

A questão Senhor Presidente é que estamos a falar de uma empresa que conseguiu ter este défice já estando completamente estilhaçada por dentro.

E observemos que na concessão que propõe fazer propõe-se entregar um valor compensatório de 0.9 milhões!?! Ou seja, fazendo o Deve e Haver naquela empresa e a sua valorização, não temos dúvidas que a Câmara de Aveiro em nada seria prejudicada, podendo, se quisesse, ter uma gestão empenhada dentro dos critérios de serviço público que devem ser objetivos de qualquer ente publico.

Não deixaremos obviamente de deixar algumas questões. O que irão fazer com todos os veículos remanescentes bem como os de transporte fluvial?

Que fazer em relação ao atual oficina/estacionamento da empresa e também do centro coordenador de transportes? Que destino estará reservado para essas infraestruturas?

E ainda mais duas ou três apreciações finais. Primeira, o Senhor Presidente de Câmara refere a inexistência de fundos para prosseguir com a atividade desta empresa. Mas no ponto que iremos votar a seguir, um dos pressupostos que coloca na alienação da participação do município é a “alavancar um conjunto de investimentos públicos essenciais” — os transportes eu creio que ainda é um serviço público essencial.

Segunda ideia. A reabilitação do centro coordenador por 500 mil euros? Senhor Presidente de Câmara, com a idade de 25 anos daquele edifício que centro coordenador de transportes é que pode nascer dali com dignidade necessária para o município com 500 mil euros de obras? Estes 500 mil euros chegaram para consertar o telhado e pouco mais. Da mesma forma como não fica claro que utilidade vai ser dada aquele centro de transportes.

Por último e terminava com esta questão. E se o concurso público que se pretende abrir ficar deserto o que fará? Que solução encontrará para o serviço público de transportes em Aveiro?”

Vogal António Neto (BE)⁰¹⁶

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁷

“Gostaria que o Senhor Presidente esclarecesse bem isto porque eu ainda não percebi. Como é que em que medida os transportes podem ser fator de desenvolvimento. Criação de novos? O Senhor Presidente diz que é possível com esta concessão. Alterar e por determinadas linhas de transportes para determinados sítios onde nasce uma urbanização. Mas resposta era ao contrário. Em que medida é que o transporte pode ser fator de progresso. Criar progresso.

O Senhor Presidente fala também quanto ao centro coordenador de transportes, mas o documento é omissivo. É que o documento deveria falar de quanto vale aquele edifício. O valor hoje que foi apontado aqui de 500 mil euros é o investimento que estudo prevê, mas qual é o potencial até visto pelo valor que o centro coordenador de transportes hoje tenha. E qual é o aproveitamento que isso possa ter. O Senhor Presidente diz que o concorrente vai ver que potencial tira do centro coordenador. Mas nós não queríamos isso. Queríamos que a Câmara nos dissesse qual é o potencial que admite possa sair dali, não é. É diferente. Para nós aprovarmos a proposta temos de saber o que é que a Câmara pensa daquilo. E depois saber o que é que o concessionário pode tirar de partido. Mas não diz em que é que pode utilizar, não refere isso. Podia ter limitações, mas não tem. Aqui pode estar um potencial muito vasto. E depois os 630 mil quilómetros são a redução a metade dos quilómetros percorridos em 2011!? Estão lá um milhão e duzentos mil. O resto serão os quilómetros que os próprios motoristas terão para se conduzir a própria casa? E se está a pensar ou não no encurtamento de carreira ou a restrição de carreiras? Muito obrigado Senhor Presidente.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰¹⁸

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁹

“Há uma nota que eu não fiz e que eu queria fazer e que tem a ver com uma das frases do Ernesto Barros. Eu devo testemunhar publicamente, independentemente das dores do futuro, mas a vida é como é, a elevada correção e a grande elegância institucional de todo o trabalho que temos feito com os sindicatos. Temos trabalhado com todos, e são cinco, reunido muitas vezes, trocado documentação, trocado comunicação escrita. Devo testemunhar gente que faz o seu trabalho com dedicação intensa, defende as suas perspectivas com a sua perspectiva, com o seu rigor, com a sua visão da própria lei, estamos a falar de gente que trabalha com exigência do quadro legal e com a sua perspectiva, mas devo testemunhar um trabalho de grande seriedade, de grande qualidade, numa relação que só tenho que dizer bem dela. Não é por já ter havido uma greve ou poder haver uma outra greve que eu mudo de posição. A greve é um recurso legítimo, pode-nos doer mais ou menos, podemos concordar muito ou pouco, mas isso é da vida. Os sindicatos têm tido uma atitude correta, têm defendido as suas posições, têm-nos ouvido, e seguimos para a vida com uma nota: quem governa somos nós e quem tem que tomar as decisões somos nós e quem tem a Câmara no estado em que está e uma empresa falida, que já devia estar extinta, somos nós. Nunca vi por parte dos sindicatos, também não esperava isso porque não é a sua vocação, que nos viessem apresentar uma solução, uma fonte de investimento e de financiamento para comprarmos autocarros, nada. Mas também não é esse o seu papel. Quero dar este testemunho, independentemente de toda a clareza e liberdade de todos eles que é intocável, pelo menos da nossa parte, que esse trabalho que foi feito até hoje e que será feito sempre porque são instituições que representam os nossos funcionários e que nos merecem toda a respeitabilidade quando estamos de acordo e quando estamos no mais frontal e total desacordo.

Filipe Guerra, duas ou três notas sobre algumas das perguntas. Os nossos veículos têm dois destinos ou três: sucata, alguns deles não estão na concessão e estamos a preparar um concurso de sucata porque alguns deles já só são mesmo sucata; retirada para a Câmara, de o exemplo de três viaturas que são retiradas para a Câmara para a nossa operação de apoio às associações e à comunidade educativa já que hoje temos uma condição muito frágil para a prestar; ou colocados na concessão. As embarcações não são as duas que estão em operação; são essas duas e mais uma que precisa de um investimento de cento e cinquenta mil euros e que a colocamos na concessão referindo que ela não está com capacidade de operação e que precisa de um investimento de cento e cinquenta mil euros. As oficinas estão cá também, é uma das componentes que nos duzentos mil euros o operador valorizará, porque uma coisa é ter aquela oficina, aquela base, para operar e outra coisa é ter que ir alugar um terreno, um pavilhão, ou construí-lo. Portanto, isto tem um valor que deve ser valorizado no tal quarto parâmetro e não só, por exemplo, no que respeita ao financiamento dos quilómetros dos autocarros, os tais quilómetros passivos, uma coisa é ter a base no centro da cidade, no centro do Município, de onde saem as linhas, saem e chegam, outra coisa é terem que ir comprar um terreno sei lá onde e aumentarem muito os quilómetros passivos. Isto tem um valor. Está dentro das componentes que são entregues ao concessionário e tudo isso está nos anexos do caderno de encargos da concessão.

Nós não resolvemos o problema da empresa com o meio milhão da ERSUC. Nós para resolvermos o problema desta empresa precisávamos, no mínimo, nos próximos três anos, entre sete e oito milhões. Não os temos. Chega de massacrar os municípios de Aveiro a aturarem os prejuízos inadmissíveis desta empresa. Façam as contas de quanto cada aveirense pagou nos últimos dez anos, com mais de dois milhões de euros de prejuízo nesta empresa. Vocês que se preocupam tanto com os impostos façam a conta de quanto é que foi este imposto que os cidadãos que usam o transporte e os que não o usam tiveram que pagar ao longo de todos estes anos. E é com este concurso de concessão e, espero eu, com esta concessão que iremos assinar, que nós vamos concretizar este “chega”.

Se o concurso ficar deserto como é que fazemos? Temos plano B e plano C, obviamente, não somos irresponsáveis. Mas como compreenderá este não é o tempo, quando estamos a aprovar o processo e daqui a pouco vamos colocá-lo na plataforma para as empresas começarem a estudar, de estar a falar do plano B e do plano C. Mas existe, B e C.

Mas também é bom que se diga, António Neto e todos nós, que é por aqui que nós defendemos os interesses dos nossos trabalhadores, que é por aqui que nós iremos dar oportunidades boas para aqueles que estão vinculados a uma empresa que está falida e que tem que desaparecer no quadro da lei. Por que se não fosse por aqui o que é que acontecia? Rua com todos, com a indemnização legal a que têm direito. É por aqui que nós temos hipóteses de dar futuro e emprego aos trabalhadores que nesta empresa não tinham emprego nem futuro. É por aqui que nós temos condição de dar uma resposta concreta, séria, a essa matéria.

Dr. Jorge Nascimento, a pergunta que fez dava aqui uma discussão interessante. Logicamente que nós quando decidimos que o transporte público é importante para um município é porque ele é importante para a vivência de hoje e para induzir vivência, para atrair gente, para atrair investidores. Este é um instrumento, diria, quase primário. Se nós entendêssemos que isto não era preciso para o desenvolvimento, para a tal construção do progresso e do futuro, acabávamos já com isto. Nós não temos nenhuma obrigação de ter transportes, é uma opção política.

Não distorçam o que eu disse sobre levar os autocarros para casa e pagar esses quilómetros. Não é nada disso. As pessoas não levam os autocarros para casa, só em casos muito excecionais e acontecem de forma correta, legal, e devidamente autorizada. Aquilo que nós chamamos de quilómetros passivos são os quilómetros que são preciso percorrer sem transportar gente, não se está em linha, não se pára na paragem para que entre gente e saia

gente. É isto que está em causa, não é “vamos acabar com os aldabrões que andavam aí a passear os autocarros”. Não se trata de nada disso. Detetámos muitos defeitos nesta empresa, mas esse, sinceramente, não detetámos.”

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação Ponto 1. – Apreciação e votação do Concurso Público de Concessão dos Serviços Públicos de Transporte Rodoviário de Passageiros e do Serviços de Transporte Fluvial de Passageiros e Viaturas e do Centro Coordenador de Transportes, sendo o mesmo aprovado⁰²⁰ por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD15+CDS6+JPA1), duas abstenções (JPA2) e dez votos contra (PS8+BE1+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰²¹

“Gostaria de deixar como declaração de voto a intervenção do PCP neste ponto.”

Vogal António Neto (BE) – Nos termos do artigo 58.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro:⁰²²

“Eu gostaria de fazer uma declaração de voto de vencido, relativamente. E gostava que a minha intervenção fosse registada em acta.”

Vogal Carlos Picado (PS):⁰²³

“A declaração de voto do Partido Socialista é a intervenção efetuada.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA):⁰²⁴

“Segundo as razões constantes das intervenções.”

Ponto 2 - Apreciação e votação da Opção de venda da participação detida pelo Município de Aveiro no Capital Social da ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, SA.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 05/08/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa⁰²⁵ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁶

“Uma introdução mais breve para, basicamente, referenciar três ou quatro aspetos. O primeiro é o cronograma desta operação. Nós tivemos uma fase última no processo de privatização do grupo EGF que se arrastou muito no tempo. Foi o tempo da Autoridade da Concorrência para fazer a apreciação de todo o concurso gerido pelo Governo que escolheu o grupo Mota Engil para fazer a adjudicação deste processo. Houve um tempo muito longo que a Autoridade da Concorrência entendeu por bem utilizar para tomar a sua decisão. Tomou a sua decisão e forma absolutamente clara dizendo que estava respeitado todo o quadro legal da livre concorrência. A partir daí nós tivemos a notificação de que a intenção que tínhamos, há muito, manifestado de vir a vender as ações se tinha que resolver. A nossa opção é claramente de vender em primeira instância por questões de natureza financeira, temos aqui uma oportunidade de realizar um encaixe financeiro muito interessante,

arredondando os números de cerca de quinhentos e sessenta mil euros, é um elemento de valorização das nossas ações muito interessante. É uma oportunidade, não vou dizer única porque o futuro tem sempre surpresas para todos nós, mas que não se repetirá num quadro temporal previsível próximo. A possibilidade alternativa, olhando aos dividendos que fomos recebendo pela empresa, nos últimos anos, da necessidade de termos setenta anos para irmos a realizar este capital ou de colocarmos esta verba que agora receberemos num depósito a prazo e de termos de proveito desse depósito um valor idêntico àquele que teríamos nos dividendos. Acresce a isso uma nota de séria, quer dizer que nas grandes decisões desta nossa empresa a posição do Município de Aveiro e da esmagadora maioria dos municípios, os municípios nem sempre estiveram todos de acordo, a nossa posição não foi relevante, seja quando se escolheu o novo modelo de tratamento dos lixos quando os aterros sanitários, o nosso de Aveiro, o de Coimbra, que chegaram ao fim da sua vida útil que foi muito prolongada, de qualquer um dos dois. Trabalhámos muito, lembro-me de ter ido visitar a incineradora de Newark, com o então Presidente da Câmara de Aveiro, Dr. Alberto Souto, temos ido visitar aquela que é, para mim, o grande exemplo na Europa que é a incineradora da Câmara Municipal de Amesterdão, ou termos ido visitar a Leipzig aquela que foi a primeira unidade de tratamento mecânico-biológico a nascer na Europa e que serviu de modelo, quase de cópia, à unidade que temos em Aveiro e à unidade que a ERSUC tem também em Coimbra. Portanto, eu e tanta gente, estudámos isto profundamente e para nós ficou claro que a solução técnica mais indicada, técnica e financeira, era a incineração. Que o diga a população de Amesterdão, um exemplo dos melhores que a Europa tem em termos de qualidade de vida, de respeitabilidade ambiental, etc., como é que funciona a sua incineradora e que lucro, que imenso lucro, dá à Câmara Municipal de Amesterdão. Aqui, na unidade de tratamento mecânico-biológico temos que a financiar pesadamente porque o tarifário da sua sustentabilidade é um tarifário pesado, e o futuro não vai trazer alívio a esse tarifário. Nessa decisão a nossa opinião não serviu para nada. Lembro-me bem da comitiva, das discussões, da rendição quando fizemos a avaliação da visita à UTMB de Leipzig porque, de facto, é chocante a incorporação energética que é necessária numa UTMB para mudar a forma do resíduo para o guardar num outro formato. Só quem nunca estudou esta matéria é que pode ter aplaudido a sua solução, que foi tomada por dois governos de condição partidária distinta. E segunda, a decisão da privatização. A própria decisão da privatização teve a esmagadora maioria dos municípios contra. O acionista maioritário fez aquilo que muito bem entendeu. Portanto, nós não estamos interessados, politicamente, em sermos acionistas minoritários, com três por cento, de uma empresa com o acionista maioritário prevacente e agora, ainda por cima, privado.

No nosso caso ainda há mais uma especificidade que não podemos fazer de conta que não existe, porque existe, mas que nem vale a pena pô-la na discussão, mas vale a pena lembrar porque ela existe. O que é que nós entendemos? Que a posição institucional da Câmara Municipal de Aveiro com a empresa ERSUC, ou melhor dizendo, com o novo acionista maioritário da empresa ERSUC, é muito mais forte do que a relação do acionista minoritário Câmara de Aveiro com esse acionista maioritário da empresa. Entendemos, discutível, obviamente, como é esta perspectiva, que também aqui vamos ter ganhos de causa. Foi este encontro de perspectivas que nos levou a consolidar a nossa convicção que discutimos dentro da nossa equipa e com outros colegas de outras câmaras municipais, há outras câmaras que também estão vendedoras. De repente isto consumou-se; desde a decisão definitiva da Autoridade da Concorrência tudo se precipitou porque o Governo decidiu executar a entrega da empresa no último dia útil do mês de agosto. A nossa escritura de troca de ações pelo dinheiro está marcada para sexta-feira, se tivermos aprovação da Assembleia Municipal, vamos a Lisboa levar as nossas ações e trazer o nosso cheque, com um gosto muito grande de ser um município vizinho e amigo que vai ficar com as nossas ações. Temos o maior gosto

nisso, a nossa relação institucional e pessoal com a Câmara da Mealhada é a melhor possível. Temos o maior gosto em vender as ações à Câmara Municipal da Mealhada. Uma palavra final, ela não está cá hoje, está a gozar as suas férias, de agradecimento à nossa colega Raquel Castro Madureira, administradora da ERSUC em vias de extinção, porque o município deixará a administração porque deixa de ser acionista, mas obviamente uma palavra pública de agradecimento à Eng. Raquel por todo o seu trabalho, muito empenhado, muito sério, de reconhecida importância pelo representante do acionista maioritário e pelo administrador executivo da empresa. Portanto, não quero deixar esta nota de introdução sem essa palavra de agradecimento por todo o trabalho em prol da empresa e da defesa dos interesses do Município de Aveiro e de todos os municípios porque naquela condição ela era representante dos acionistas municípios no seu conjunto e não só do Município de Aveiro.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata.⁰²⁷

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo Senhor Presidente de Câmara, Senhores deputados e demais presentes. Bem, começando pelo “parti pris” do primeiro ponto é obvio que não são estes 563 mil euros que resolveriam o problema da MoveAveiro. Ninguém é tolo para fazer essa consideração inequívoca. De qualquer forma em relação a este ponto indo por partes e olhando para aquilo que aqui se propõe, a privatização da participação da Câmara de Aveiro na ERSUC, uma empresa que já se sabe está no processo da IGF de privatizações. Mas a questão é esta: no documento que é apresentado é colocada a seguinte expressão “ que este valor de 563 mil euros serviria para alavancar um conjunto de investimentos no âmbito dos serviços públicos essenciais”. Não devemos deixar de perguntar aqui que conjunto de serviços essenciais a Câmara Municipal de Aveiro está a pensar destinar estes 563 mil euros?

Segunda questão. É do conhecimento e o PCP e o Senhor Presidente já tiveram a oportunidade de visitar e conhece a dimensão UTMB, o que ali se faz, os problemas que ali têm suscitado, mas também as promessas que foram feitas ao município de Aveiro e também à região de Aveiro. Não diria ao distrito mas à região e aos concelhos limítrofes de Aveiro — promessas que até hoje não foram cumpridas por parte do estado central. Em que pé estamos em relação a esta matéria é uma pergunta que não deixamos de colocar.

Senhor Presidente de Câmara a venda desta participação e este encaixe imediato de 563 mil euros, enfim, poderá haver diferentes perspectivas se vale a pena, se é um valor expectável para 60 anos — à partida este valor seria o valor previsível dos rendimentos nesses 60 anos. Primeiro então essa questão, se valerá realmente a pena e se não seria expectável que aquela empresa não pudesse criar uma rentabilidade anual superior aos atuais 7.850 euros, nunca se sabe!?

Depois outra questão que gostaríamos de colocar, é um lamento, a ausência de Aveiro na administração da ERSUC. Portanto perdemos essa palavra que poderíamos ter na administração.

E depois esta mágoa e esta pena de ver que a Câmara municipal de Aveiro concessiona o que pode, vende o que têm, enfim, fica um bocado a dúvida para que é que serve a Câmara? Além de com o FAM trucidar a vida dos aveirenses com impostos com cargas altíssimas.

E depois preocupa-se em privatizar estas coisas que do ponto de vista da resolução das dívidas da Câmara não tem nada que ver. A Câmara tem terrenos que podem bem mais do que isto. Esta participação tinha um valor simbólico importante até do ponto de vista político — e o senhor Presidente de Câmara sabe disso.

E depois é esta sensação enquanto aveirenses, enfim, município de Aveiro, Capital de Distrito, Cidade que se gaba de tantas coisas, aliena uma participação destas a um município (que tem toda a dignidade do mundo), mas um município vizinho que nem sequer pertence à região. E vemos Aveiro a alienar assim por tuta e meia, para desenrascar, uma coisa que amanhã é precisa. De facto é absolutamente lamentável. Tenho dito.”

Vogal António Neto (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata.⁰²⁸

“Como nota previa notamos que Ribau Esteves entra nas más práticas, segue Élio Maia. Os negócios mais lesivos para a autarquia são feitos no mês de Agosto, na tentativa de passarem mais despercebidos.

Mas também nas opções de fundo. Privatizações. É aliás a matriz do PSD e do CDS em Aveiro e no governo. Entregar a privados o que é de todos e um aumento de impostos e taxas. Hoje, infelizmente, temos dois desses negócios a serem votados nesta Assembleia.

Sobre o ponto em causa. A um de Março de dois e catorze o Bloco de Esquerda apresentou duas Moções a serem discutidas e votadas nesta Assembleia defendendo que a EGF e a ERSUC como empresas públicas. O executivo apadrinhado pela maioria PSD/CDS não fez caso, impondo o que agora se discute.

O Bloco considera que a privatização da EGF é o início da privatização das Águas de Portugal e da consolidação de um monopólio natural privado, para já na área dos resíduos urbanos.

As declarações do Presidente Ribau Esteves a respeito da alienação do capital da ERSUC são pura fantasia. Disse que sendo a CMA acionista da ERSUC, tendo assento na Assembleia geral, não impediu a privatização da EGF e da ERSUC — nada mais fantasioso. A maioria de direita do governo e desta autarquia sempre foram favoráveis à privatização da EGF. Essa posição ficou aliás clara a um de março como foi referido. Ribau Esteves vai ainda mais longe. Disse que deixar de ser acionista maioritário dá mais poder à Câmara perante o acionista maioritário. Novamente uma fantasia. Não só porque sai da gestão e da propriedade sobre a empresa de resíduos. Mais inda porque o acionista maioritário muda. Deixa de ser o Estado para passar a ser a Mota Engil através da SUMA. E esta é uma enorme diferença. Passa a ser o privado proprietário da empresa de resíduos. Passa a ser a busca de lucro e não o serviço público a linha orientadora da empresa — e isso será um enorme prejuízo para a população de Aveiro. Bem sabemos que o governo PSD/CDS tal como governos anteriores, a gestão dos serviços públicos é deliberadamente deficitária e caminhamos para a privatização — sendo assim uma perda para a qualidade de vida e para a democracia. E sabemos também como os vários governos do país têm tido uma ligação umbilical com a Mota Engil. A Câmara Municipal de Aveiro devia estar e continuar a estar na linha da frente contra esta privatização e não ser logo das primeiras a declarar a sua intenção de vender a sua parte da empresa. Erro de palmatória de gestão pública. Indiciando o termo do bom cumpridor, do aluno exemplar, e como se diz deixando de ser acionista dá mais poder ao acionista maioritário. Estar fora da estrutura proprietário dá mais poder à Câmara de Aveiro!? Falácias, erros e nome dos aveirenses num futuro mais que incerto.

Esta é uma autarquia que tem um desígnio privatizador que reside na sua visão ideológica. Abdica da decisão e da participação dum serviço público, neste caso deixando o capital para outra autarquia, a Mealhada.

Aveiro tendo as taxas de resíduos mais elevadas do país, tem a UTMB, teve o aterro sanitário de Taboeira, ainda assim decide suprimir a sua participação na gestão de limpeza de resíduos. O Bloco de Esquerda refuta toda a argumentação aqui demonstrada a favor da privatização e da alienação de capital na empresa pública. O Bloco de esquerda mantém-se firme na defesa dos interesses da população. Insurgimo-nos perante mais uma destruição de

um serviço essencial para as populações. Lamentamos mais esta perda de democracia e de serviços públicos. Lamentamos profundamente a alienação de um instrumento essencial para um governo e para uma autarquia que quisesse defender os interesses das populações. Muito Obrigado.”

Presidente da Mesa⁰²⁹

“Apenas dizer a pena que tenho dos munícipes da Mealhada que têm o dinheiro do seus impostos a financiar aquilo que tecnicamente é uma equity loan da Mota Engil. Realmente se eu fosse munícipe na Mealhada talvez não estivesse contente. Nem sei de que cor é que é, não sei se é do PSD ou do PS, mas para o caso é indiferente.”

Vogal Maria da Luz (JPA)⁰³⁰

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³¹

“Secundando o que já foi dito, preocupa-me este aspecto. Realmente não se percebe muito bem a troca de uma verba que não deixa de ser significativa em absoluto, mas que relativizando a uma autarquia é uma verba que podemos dizer que não é significativa. Eu não acompanho as preocupações do Senhor Presidente da Mesa relativamente aos munícipes da Mealhada, por esta razão curiosa. Realmente os munícipes da Mealhada se não me trai a memória são beneficiados lá na coleta do IRS e não são prejudicados como em Aveiro.

E tem das taxas de IMI bem inferior àquela que é tributada aqui em Aveiro.

Portanto os munícipes da Mealhada podem estar tranquilos. isto é um aparte só para não lamentar tanto, o Senhor Presidente desculpar-me-á.

Então sobre isto. Eu sou apologista e queria sublinhar este aspecto que é relevantíssimo. Eu acho que num sistema democrático, a tese que o Senhor Presidente quis aqui apresentar, que é seguida curiosamente nesta Assembleia, as minorias são sempre confrontadas com “que estamos lá a fazer com minorias”. Eu daí tiro uma conclusão em abstrato e peço desculpa se for abusiva. Mas o Senhor Presidente tem disto da democracia a ideia da razão da força! E não da força da razão. Isto é dizer assim. Estamos em maioria então as minorias é absolutamente irrelevante estarmos aqui. Oh Senhor Presidente, vou dizer-lhe sinceramente, isso deixa-me profundamente desgostoso.

Porque eu acho que uma autarquia que se preze deve (e no caso deste caso da ERSUC) e que se preze de funcionar democraticamente vai atender ao peso dos argumentos. Isto é. Razão. E não vai atender à Razão da força. Isto é à maioria — isto é castigador, não é digno de uma sociedade democrática.

E portanto, quando o Senhor Presidente diz “ o que é que vamos lá fazer com 3,131 eu digo muito. Muito Senhor Presidente. Porque Vexa através da Vereadora que lá esteve ou através de quem fosse na administração, sabe muito bem que a administração não funciona pela percentagem mas sim por votos porque a votação é pessoal. Já nas assembleias é ponderada pela participação no capital. V. Exa respigou ai uma nota muito importante que foi que quando a Dr.ª Madureira lá estava representava os munícipes. Aveiro tinha lá um membro. Atualmente nós não sabemos qual a força dos argumentos de quem lá está. Portanto dizer assim “não servia para nada” eu digo serve para muito Senhor Presidente. E digo, deixa-me desgostoso e temos aqui o exemplo. Olhe, filiados neste conceito de que não fazemos nada porque temos um peso eleitoral, participativo, no capital de uma sociedade que é insignificante, então eu diria assim: vamos todos embora porque não adianta estarmos aqui com oito por cento. Quer dizer, se a tese é essa Senhor Presidente, tristemente, se Vexa confirmar que é mesmo assim eu digo: bato a porta e vou-me embora. Que seja assim, faça a gestão sozinho Senhor Presidente. Porque realmente tem a razão da força mas não tem a força da razão — seguramente não a terá sempre. Obrigado.”

Presidente da Mesa⁰³²

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰³³

Vogal Marques Pereira (PS)⁰³⁴

Vogal Paulo Marques (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁵

“De facto hoje aqui na Assembleia nós no primeiro ponto se falámos de uma poupança de 500 mil euros que a Câmara não terá de fazer no centro coordenador de transportes e se neste ponto agora falamos de mais meio milhão de euros temos um encaixe de um milhão de euros importantíssimo para os cofres do município. Já para não esquecer a venda de património que representou mais 500 mil euros de entrada de verba para o município eu penso que ao contrário do que aqui já foi dito estamos a falar de atos de boa gestão. A este milhão e meio de euros chamaria um ato de boa gestão e ainda mais que estamos numa fase em que a nossa autarquia continua e continuará a viver dificuldades de natureza financeira. Está empenhada num processo de recuperação financeira vital para o futuro dos aveirenses, e estes grãos que se lhe vão juntando, esperemos que haja outros no futuro, ou por surpresa ou por oportunidade aconteçam, estes pequenos grãos com certeza farão a diferença no processo que é exigente a todos os níveis, que o digam os aveirenses, porque é neles que se reflete a necessidade desta recuperação. E eles sabem que esta necessidade de recuperação é vital para o futuro.

Querida dizer também que para além da recuperação financeira e do processo de sustentabilidade da autarquia, importa não esquecer o ponto de vista da credibilidade. Estes dados de boa gestão são exemplos de como se deve gerir a autarquia, são exemplos que podem ser vistos como atos de credibilidade. E é preciso perceber que se por vezes é preciso alienar determinado património, se calhar não é porque se gosta mas porque a exigência da condição do município assim o exige. E se há opções que tem de ser tomadas, esta venda das ações à Câmara da Mealhada é mais um ato de boa gestão. É uma oportunidade (até porque não há mais ninguém interessado na compra destas ações e as oportunidades nos dias de hoje são coisas raras e elas devem ser aproveitadas.

Por outro lado dizer o seguinte. Tudo aquilo que aconteceu no processo de privatização da EGF, como aqui já foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara, aconteceu porque tinha de acontecer, quando existe alguém que tem a maioria das ações em qualquer empresa deste país. E portanto o sócio minoritário pode dizer muito bem e apresentar as suas razões, mas na hora da decisão quando somo sócios minoritários, impera a decisão de quem tem mais poder. Ou seja, a representação da Câmara Municipal de Aveiro no âmbito EGF, assim como a maioria das outras câmaras municipais, é uma representação virtual porque na hora da tomada de decisão acontece aquilo que todos já sabemos. E fico-me por aqui.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰³⁶

“Sobre este tema das ações da ERSUC uma intervenção só a justificar o nosso voto. Na actual situação financeira do município 560 mil euros são mais que uns trocos. São menos 560 mil euros na gestão do dia-a-dia do défice da gestão financeira. E depois de ouvir em sede de reunião de Câmara os argumentos do Partido Socialista para votar contra, e depois de ouvir aqui falar em “fêzada” da Câmara e decertarem sobre delírios ideológicos, nesta bancada mais não nos resta do que votar a favoravelmente a proposta do executivo.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁷

“O Filipe Guerra pergunta-me para que é que usamos o dinheiro!? A resposta está dada e sabe bem para que é que usamos o dinheiro. Os serviços públicos essenciais são neste

momento a nossa preocupação central. São uma prioridade legal prevista no artigo terceiro da chamada Lei do FAM e nós temos que nos concentrar para termos capacidade para prestar aqueles serviços públicos essenciais.

E lá estão as manutenções das estradas, o apoio social, todo um conjunto de aspectos que nós temos que cuidar em primeira linha.

Aquela definição foi feita porque as obrigações de recuperação financeira não podem pôr em causa a capacidade do município de prestar serviços públicos essenciais. Mas temos que fazer pela vida porque se ficamos a olhar para o desenrolar natural das coisas nós não vamos ser capazes.

Eu tenho-me divertido bastante nos últimos dias com esta menorização que muita gente tem feito: “o que é que isto agora de meio milhão de euros...”, “uma receiptita...”, “coisa irrelevante”. Eu tenho, de facto, divertido muito porque esta malta que pôs na mais profunda, e nalguns aspectos ridícula, falência este Município; que levou a nossa dívida ao ponto a que levou; que não é capaz de gerar receitas com relevância há muitos anos; que esturrou o que esturrou; vem agora considerar irrelevante uma receita de meio milhão. Mais... eu já desafiei a Assembleia Municipal, foi o Filipe que também falou nisto da venda de terrenos, para nos arranjam compradores para os terrenos. Já desafiei a Assembleia e repito o desafio. Tenho reunido com vários, ainda hoje a minha manhã e a do Vereador Jorge Ratola começou com uma reunião com um investidor. Façam favor de nos ajudar; temos de meio milhão, temos de cinquenta mil e temos algumas que valem mais do que meio milhão. Não temos é quem as compre. E hoje nós conseguirmos operações que em termos unitários nos trazem uma receita de meio milhão é elemento de aplauso e de alegria.

Eu compreendo que a oposição não o faça e não o queira fazer. Nós conseguirmos vender duas lojas no Glicínias que nem sequer sabíamos que eram nossas e que a Câmara tinha lá a apanhar teias de aranha desde que elas foram construídas há quase vinte anos, e nós conseguirmos vender por duzentos e cinquenta mil euros... coisa irrelevante. Meio milhão... mas que coisa tão irrelevante.

Eu sei que, politicamente, na dialética e nas bocas que alguns mandam para o facebook, pode não dar muito jeito nós estarmos a ter sucesso. Eu compreendo isso. Que chatice nós termos conseguido vender as lojas que ninguém conseguiu vender em vinte anos. Que chatice podermos ter um Governo que nos permite realizar quinhentos e sessenta mil euros a vender as ações da ERSUC. Mas devo-vos dizer que vai haver mais chatices. Devo-vos garantir que vos vamos criar mais chatices porque estamos a trabalhar com grande intensidade. Portanto, a resolução do problema da nossa Câmara passa por uma assistência financeira que está em fase final de negociação, que não nos dá nada, empresta-nos dinheiro e permite-nos tratar a nossa dívida, em termos temporais, com um custo baixo, uma parte da nossa dívida.

Mas temos medidas e temos vindo a tomar imensíssimas, para o tal reequilíbrio orçamental que tem ações sobre a despesa e ações sobre a receita. Vocês não gostam, nem nós gostamos, de algumas ações sobre a receita, nomeadamente aquelas que oneram os nossos cidadãos diretamente. Que solução alternativa é que nós temos na receita? São estes meios milhões que vamos arranjando. E quando nós usamos o argumento, Dr. Jorge Nascimento e todos, que em primeiro lugar, o primeiro grande motivo pelo qual estamos a fazer esta operação é de natureza financeira é porque é mesmo.

Depois adicionámos outros argumentos que também lhe damos importância e tentámos explicar, mas o primeiro argumento tem a ver com a necessidade financeira, tem a ver com as nossas obrigações no quadro da Lei FAM, que lá estão em português claro no artigo do reequilíbrio orçamental, e é aqui que está a principal razão de ser, Dr. Jorge Nascimento, largamente maioritária; a força da razão ou a razão da força, como lhe der mais jeito, está neste argumento. Nós temos que prosseguir este caminho porque é nesta parte da receita que nós podemos ter justificação para aliviar a outra parte da receita nos nossos concidadãos,

nos impostos diretos que eles pagam. Se não for com esta outra parte vai ser com quê? Digam. Com nada, não há outra parte. Esta operação tem, de facto, importância. Esta menorização de quem, eventualmente, não sabe o que é meio milhão de euros, nem tem consciência absoluta do problema da Câmara, e muito menos está interessado em resolvê-lo, é muito importante nós termos a oportunidade de arranjar meio milhão.

Numa semana deu-se a coincidência de criarmos condições, primeiro na Câmara e hoje criaremos na Assembleia Municipal, de dois meios milhões. Não vem cá tão cedo outra dose destas. Não vem... não temos na mão outra dose dupla de dois meios milhões, mas estamos na luta. Se arranjarmos alguma de cem mil ou de cinquenta cá virão. Estamos na luta por elas todas. Não há, na Coleta da receita, nada de grande dimensão para resolver o nosso problema. Como nos ensinou a tradição, neste processo, é mesmo grão-a-grão que a galinha vai, não exatamente encher o papo, mas conseguir sair da magreza extrema em que está e reconstituir as carnes para que um dia, quem sabe, possa começar então a encher o papo. Aqui, o papo é um mero elemento digestivo de transição para a reposição da condição corporal porque a nossa galinha definhou excessivamente.

Quero deixar clara a nossa completa e absoluta discordância por vocês, por aqueles que aqui o disseram, outros que andam aí nas redes sociais e em vários sítios, a fazer de conta, a tentar convencer os cidadãos, que isto e meio milhão de euros é uma coisita que não interessa nada, é uma irrelevância, “porque é que o Presidente da Câmara anda aqui a fazer um estrago, a trabalhar tanto, por causa de meio milhão?”. Nós temos a mais completa discordância, este meio milhão e os dois meios milhões têm uma enorme importância e vai ser assim que nós vamos conseguir reconstituir a nossa receita, ter capacidade para cumprir os serviços públicos essenciais, para alavancar investimento em termos de fundos comunitários, este meio milhão se for para fundos comunitários, obviamente, não há pacotes estanques, conseguiremos replicá-lo por seis vezes pelo fundo perdido que vamos buscar com oitenta e cinco por cento de cofinanciamento. Portanto, é, de facto, algo de grande importância e quero deixar isto, repetidamente, claro.

Filipe, depois há outra coisa que é um ato de fé que fez dizendo que é expectável que haja um aumento de dividendos. Aquelas vozes que se têm levantado contra o processo de privatização da EGF, uma coisa que têm dito é mesmo isso: “atenção que o Governo não pode porque o privado vem para aqui disparar os dividendos”. Mas há aqui uma coisa que é preciso não esquecer. Este processo de venda tem uma brutal regulação em cima dele. Em Portugal nós temos atos de fé de muito baixa condição sobre a capacidade das entidades reguladoras. Agora que em Portugal há uma ERSAR que é uma entidade reguladora a sério, que os mecanismos de regulação desta privatização, dos tarifários, e já lá vamos, é muito forte é mesmo muito forte. Eu não vejo, olhando ao que se passa nos condicionamentos deste contrato e aos mecanismos de regulação que estão definidos pelo ERSAR e que o enquadra, que a empresa possa disparar os dividendos. Não é, legalmente, possível. Há uma modelação que o Estado impôs neste processo, como não podia deixar de ser. O facto de se privatizar a ERSUC e a EGF não se entrega de forma livre, não se privatiza o contrato de concessão que a ERSUC tem. A mesma ERSUC tem o mesmo contrato de concessão, ela não é dona do lixo e não vai fazer o que quer. A mesma empresa é gestora do mesmo contrato de concessão eu o Estado lhe atribuiu, com um conjunto de nuances que foram introduzidos neste processo concursal.

Sobre as promessas que não cumpriram, referidas pelo Filipe Guerra e pelo Marques Pereira. Esse é outro factor. Eu não quero ir julgar a história, ainda por cima tão longínqua, não quero mesmo. Agora, usando uma expressão popular, a Aveiro prometeram o céu e a terra para ter cá esta unidade. Do céu não vi nada e da terra falta muita coisa. Eu conheço o caderno de encargos, eu tive acesso ao caderno de encargos. Depois o que é que aconteceu à nossa Câmara. A Câmara que estava não fechou o processo com a devida fortaleza legal e

política e a Câmara que chegou não se ajeitou para o fazer e, depois, o tempo também mudou radicalmente. Conclusão, a malta contentou-se com umas pavimentações, até em arruamentos que não eram exatamente necessários na relação do município com a estação da unidade de tratamento mecânico-biológico. Achámos que era interessante pavimentar certas ruas que não têm nada a ver com a sustentabilidade da gestão mas que para o ego de algumas pessoas ou para a politiquice poderiam ser mais úteis. Agora, choca-me que o Município de Aveiro, não vou sequer usar adjetivos, tenha aceite a localização desta unidade com uma mão cheia de nada. Chocante, absolutamente chocante, quem aceitou semelhante coisa. Devo garantir que hoje nós não aceitaremos nada do género por acharmos que nos vão dar não sei o quê.

Dr. Marques Pereira, há coisas na vida que não se podem revelar em público. É da vida. Eu sei que tem muita graça mas é mesmo assim. O Sr. Dr. já tem idade e, seguramente, experiências na sua vida que lhe dizem isso; na sua vida política de gestor público que sabe que tem que haver recato na gestão, como o Sr. sabe e já praticou. Assim é, assim foi e assim será. Mas também é verdade que poderei, m seu tempo, agora não é o tempo, provar documentalmente que todos os municípios da região de Aveiro fizeram o trabalho muito bem feito, neste processo, negociaram muito bem, tiveram resultados parciais positivos, pequenos, de pequena dimensão, e foi muito importante o trabalho de concertação que fizemos. Estou em condições de o provar documentalmente. Não estou a falar de uma reunião que fiz com um governante “x” e que lhe pedimos qualquer coisa. Não. Estou a falar de trabalho que está documentado.

Eu pertenço ao grupo dos que acham que os documentos, sendo de livre acesso, não devem ser de libertino acesso e têm momentos, como tudo na vida, para poderem ter essa disponibilização. Portanto, garantir em absoluto, poderei testemunhar com a mostra documental, mas poderá tê-la por outros colegas meus, com afinidade partidária ou não, de que o fizemos de forma correta, de forma muito relevante. E sabe o que é que eu acho? Com um auto de fé, a que eventualmente chamará fezada, quem sabe um dia não vamos conseguir que algumas dessas coisas que fizemos, neste processo, venham a ter bom resultado para a nossa região e para o nosso município. Mas aceitar uma estrutura destas que tem impactos positivos mas que tem um conjunto de impactos negativos marcados por uma mão cheia de nada, isso é património de quem geriu esta câmara no período em que tivemos que negociar e viver a construção desta unidade que hoje temos que a ter. É muito importante que a memória esteja no sítio certo e que nós, com exercícios de dialética, não procuremos dar à história e à realidade uma côr diferente da verdadeira côr que essa história tem.

António Neto, não há palavras apenas uma nota. O verdadeiro motor do nosso Município são as empresas privadas, gostamos muito delas, obrigado por cá estarem, queremos mais, queremos muitas mais. Essa paranoia esquerdista extremista de atenção com os perigosos das empresas privadas, a mim fica um ténue sorriso e uma vivência no mundo distinto, que é o mundo onde nós vivemos e onde as empresas privadas têm uma importância imensa para a nossa vida, para o nosso emprego, para a geração de riqueza, etc.

Dra. Maria da Luz Nolasco, explicar-lhe o seguinte. Nós temos na constituição da tarifa que todos pagamos, aqueles que têm contador de água porque há uma agregação do pagamento ao contador da água, em que esse factor é construído pelos chamados custos de alta, que é no fundo aquilo que nós pagamos à ERSUC, e pelos chamados custos da baixa, que é no fundo aquilo que nós pagamos à SUMA. A tarifa é construída com base nos custos do sistema e o nosso sistema tem estas duas componentes, a chamada alta e baixa. A baixa que é a recolha do lixo nos nossos contentores, a varredura urbana, aquilo que é o retirar o lixo da nossa porta, e isso no nosso Município é feito, há muitos anos, há cerca de vinte, pela SUMA; isto tem um custo que vai à tarifa. Depois há uma segunda componente que é os custos da alta. Que tem o quê, basicamente? Tem o tratamento do lixo e que nós pagamos a quem? À

ERSUC. Pagávamos, pagamos e continuaremos a pagar. E é o somatório destes dois custos que nos dá a nossa tarifa e que no nosso caso é muito alta, anormalmente alta comparando com outros municípios, por exemplo, da nossa região, por causa do valor dos custos da nossa baixa; não dos custos da alta. Os custos da alta do Município de Aveiro são iguais a de todos os municípios da ERSUC. O que é que faz a diferença? O que é que provoca uma tarifa de resíduos tão alta? Os nossos custos da baixa que são, de facto, muito altos. Portanto, neste caso específico este processo não tira nem põe. O que eu acabei de dizer não é verdade absoluta. Porquê? Aquilo que seja as mutações da tarifa da alta, para nós e para todos os clientes da ERSUC, virá à nossa tarifa de resíduos. Mas seguramente naquilo que são os cálculos financeiros que este processo tem não virá daí um custo acrescido relevante. Onde é que nós temos o nosso trabalho? Na baixa.

Como já anunciámos queremos reduzir drasticamente os nossos custos porque eles são altos, temos uma peça na qual já estamos a trabalhar arduamente e que é um novo contrato, um novo concurso público, que nos baixe muito o custo da baixa e que por essa redução nos permita reduzir a nossa tarifa de resíduos que é normalmente alta. Espero que tenha sido suficientemente explícito para ajudar a Sra. Dra. a perceber que não é por este processo que nós vamos ter dano na tarifa. O nosso dano está nos custos da baixa e a nossa operação para o resolver está nesta perspectiva que nós temos em cima da nossa mesa de trabalho.

Dr. Jorge Nascimento, estamos conversados sobre esta questão da força da razão e da razão da força. Eu gosto muito de ter cá o Sr. Dr., a democracia é feita com todos, na vida das empresas é que a conversa é um bocado diferente. Permita-me só um capital de experiência de quem é gestor de acionistas minoritários na ERSUC desde o nascimento da ERSUC, e tem, por isso, a noção do que é que vale a posição minoritária, considerada e relevante. Depois, serve para o que serve. Mas aqui a conversa é diferente, a dialética política é diferente e tenho o maior gosto das interações que aqui fazemos, independentemente das divergências ou das convergências.

Agradeço muito ao Ernesto Barros a nota que deu. Eu não quis dá-la porque ia dar aqui um pretexto a alguém. Não apanharam, fica aqui a minha dica. É o exemplo da empresa recém criada, a nossa nova empresa, Águas do Centro Litoral, por fusão da SimRia, das Águas de Coimbra e da SimLis. O que é que aconteceu? Não foi por aumento de uma operação tradicional de aumento de capital de uma empresa, foi por soma das empresas que provocou que a nossa participação na nova empresa seja ridiculamente inferior àquela que tínhamos nesta empresa. Na prática, em termos de capital, é um processo parecido com a circunstância que é inevitável na nova ERSUC. Não me perguntem porque eu não consigo fazer uma previsão séria se é ao décimo ano que não acho, ao vigésimo talvez já seja, que vai ter de acontecer o tal aumento de capital. Chamo só a atenção para a experiência que estamos a viver na nossa nova empresa que já nos está a prestar serviços chamada Águas do Centro Litoral onde aconteceu aquilo que referenciou.

Dr. Marques Pereira já falámos sobre as suas questões que sempre agradeço, mas apenas uma nota. Tecnologia à frente? Peço desculpa. Já na altura as tecnologias de ponta na Europa e no mundo estavam na incineração, num processo técnico extraordinário daquilo que é a eficiência energética chamada floculação. O exercício é um exercício financeiro em que eu tenho que incorporar energia na unidade de tratamento mecânico-biológico, e está lá bem posta a palavra mecânico, mas o mecânico para se mexer precisa de energia, enquanto na incineração eu ganho dinheiro com o resíduo porque retiro dele energia e vendo-a. É o que se faz em tanto sítio e não é preciso sair de Portugal, temos uma a servir a área metropolitana do Porto. Era a nossa tese mas não vingou. Agora, tecnologia à frente. Qual tecnologia à frente? Estamos de acordo. Só estou a dizer que em termos de avanço tecnológico era também, na altura, na incineração que estavam as tecnologias de ponta mais avançadas. Naquilo que respeita e bem, de acordo, às operações biológicas de compostagem

ou as operações mecânicas de triagem, etc., é nesta operação que está a tecnologia de ponta. Absolutamente de acordo. Mas nós queríamos, de facto, a outra que era de ponta em termos técnicos, era de ponta em termos financeiros e era de ponta em termos ambientais. Só uma nota histórica. A conversa em Portugal, em termos de opinião pública, foi muito estragada porque havia uma antecâmara muito negativa, que eu compreendo, que era o processo da coincinação nas cimenteiras dos resíduos industriais. Baralhou-se a opinião pública com duas matérias distintas mas que para a opinião pública é tudo igual, embora fossem coisas profundamente diferentes a todos os níveis, nomeadamente no que respeita aos impactos ambientais.

Eu julgo que nós estamos num processo positivo, que tem a nota de credibilidade que o Paulo Marques referenciou e que manterá o Município de Aveiro, no seu trabalho com os municípios da Região de Aveiro, no seu trabalho com os municípios da ERSUC, no seu trabalho com todos os municípios portugueses, na linha da frente. Nós não saímos do nosso lugar de liderança política, de cooperação política intensa e ativa com os nossos colegas autarcas dos outros trezentos e sete municípios do país. Este processo não nos tira um milímetro. O Marques Pereira faz um processo de intenção que é a gente não quer saber se as nossas ações foram para o privado sócio maioritário novo ou para uma câmara. Eu não gosto muito de processos de intenções. Tenho o maior gosto em ter as ações entregues ao Município da Mealhada, sei do maior gosto do acionista maioritário em não as comprar, sei por testemunho da própria empresa, tenho pena, mas isso é uma questão de exercício institucional, que não tivesse sido o Município de Coimbra a comprar as nossas ações. O primeiro colega com quem eu falei foi o meu colega Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e perguntei-lhe se ele não queria comprar as nossas ações já que eu tinha o maior gosto de as vender ao Município de Coimbra. E ele disse-me «quem sabe, vamos falar sobre isso». Mas eu disse que era para pagar a pronto, nós não temos crédito para dar, não queremos dar. A Câmara de Coimbra acabou por não vir ao processo e continuamos o nosso trabalho de colegas e de equipa muito intenso na gestão da ANMP. Veio a Câmara da Mealhada e tenho muito gosto em que as ações vão para uma câmara municipal.”

(Entretanto saiu da sala a vogal Maria da Luz Nolasco Cardoso)

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰³⁸

Vogal António Neto (BE)⁰³⁹

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁰

“Querida deixar duas ou três notas algumas em tom de esclarecimento. Primeira nota: a decisão de localização da UTMB em Eirol tem um responsável (e isto tem de ser inequívoco), depois passam os anos e as pessoas esquecem-se — foi o executivo do Dr. Élio Maia.

À época o administrador da ERSUC que era vereador na Câmara Municipal era o Dr. Pedro Ferreira. Como é que eu soube — há época eu era vereador na oposição.

Estão aqui três ex-vereadores desse executivo, Dr. Jorge Greno, Dr.ª Maria da Luz e Miguel Capão Filipe, e soube da decisão de se localizar a UTMB ia ser em Eirol porque o presidente do conselho de administração da ERSUC me telefonou e me disse e me deu o documento que sustentava essa decisão. Já passaram muitos anos já posso dizer isto publicamente — aliás ele permitiu-me. Eu disse isto mesmo em reunião de Câmara. Há uma acta extensíssima com uma declaração de voto da minha parte.

O estudo que sustenta aquela localização é um ato político inenarrável. Não se estudaram várias hipóteses de localização. O que se disse foi:- a localização é aqui, agora arranje-se

um estudo para sustentar isso. Oh Senhor Presidente eu tenho o estudo! Li-o e tenho o estudo em casa desse dossier.

Aliás, até o Prof. Borrego foi a uma reunião fazer valer esse estudo dizendo (numa reunião privada de Câmara, as testemunhas estão aqui) que aquela localização tinha sido a única hipótese dada aos estudiosos para considerarem. E aquilo que se disse foi “nós não podemos dizer que há uma localização melhor porque não nos foi dada outra hipótese de localização”. A única pergunta foi “esta localização é inviável?” E a resposta foi “não é inviável mas há um conjunto de relevantes (e que estão no estudo) que não são despiciendas”. Vou-me escusar de entrar por ai porque elas ficaram escritas nas atas da Câmara.

Isto para dizer e para referenciar que nós à época tínhamos um vereador na Câmara de Aveiro que era membro do Conselho de Administração da ERSUC.

V.Exa diz assim “ Mas isso não foi relevante”. Enfim, de facto aquilo que foi prometido inicialmente para a Junta de Freguesia de Eirol — e o presidente de junta à época era este senhor que está aqui atrás de mim, prometeram-se mundos e fundos. Mundos e fundos que estão descritos na ata de reunião de Câmara. Isto já foi há dez anos, mas soaram-me umas campainhas que eu percebi que a coisa não ia correr bem. Há lá um elenco das ditas contrapartidas. Contrapartidas que não eram apenas as pavimentações. Porque as pavimentações constavam do caderno de encargos para os acessos e para que os camiões chegassem à UTMB. Ironia das ironias, só agora se “inaugurou” esta malfadada rotunda na estrada que lá vai dar, ali ao cimo da A17.

Foi um processo mau demais em Aveiro. O Presidente de Junta de Oliveirinha, na altura o Senhor Armando Vieira e o Presidente de Junta de Requeixo, na altura o Senhor Sesinando Alves dos Reis, souberam que lhes iam passar camiões nas freguesias deles, porque eu foi ter com eles e lhes dei para a mão o estudo (eram 89 por dia era o que dizia o estudo), para avançarem para a UTMB. E passam por onde, perguntavam-me. Olhe passam nas estradas urbanas das aldeias porque não há nenhum traçado a ser construído e o que há-se ser construído ainda vai levar muito tempo. Olhem, foi inaugurado agora em 2015.

Foi péssimo. Perdemos todos. Depois há aqui uma nuance. V. Exa era Presidente da Câmara de Ílhavo. Aveiro deveria ter feito valer uma coisa óbvia que era a solidariedade regional. Porque nós levámos aqui junto ao Estádio com o aterro sanitário durante anos. Com um encargo ambiental gravíssimo sobre a povoação de Taboeira. Mas nenhum dos senhores presidentes de câmara vizinhos quis solidarizar-se. Eu imagino, vexas até devem ter esboçado um sorriso quando o Presidente da Câmara de Aveiro disse o rol de contrapartidas do fim do mundo. Ninguém acreditou naquilo. Só mesmo o próprio.

É evidente que nós hoje levamos com uma UTMB que não é inócua do ponto de vista ambiental, e não é inócua do ponto de vista viário apesar da estrada que para lá foi construída, a troco de coisa nenhuma. Aliás já se tinham ensaiado umas coisas parecidas no tempo do executivo do Dr. Alberto Souto, mas depois disso morreu tudo porque é evidente que quando temos uma galinha gorda demais devemos desconfiar.

Quanto à questão dos documentos secretos. Há um princípio constitucional que é a questão do Arquivo Aberto e da Administração Aberta. E portanto, em princípio, os documentos que V.Exa produz na Câmara Municipal e na Comunidade Intermunicipal com os seus colegas Presidentes de Câmara, são documentos relevantes para alicerçarem as decisões políticas que tomam. As incumbências das Assembleias, funcionem elas bem, mal, pouco empenhadamente, reúnam muitas ou poucas vezes, podem e devem solicitar toda a documentação e todos os esclarecimentos para tentar perceber se as decisões dos executivos defendem ou não o interesse público. É só disso que se trata.

Quando eu digo que (e as palavras são desvirtuadas obviamente pelo líder do PSD nesta bancada) é uma questão de “fêzada” Vexa achar que vai ter um melhor relacionamento e um relacionamento mais profícuo com o privado ou melhor com a empresa, depois de ter saído

fora dela. Bem isso aí é uma presunção que V. Exa entende aqui trazer. Eu ressovo-me ao direito de achar que isso se calhar não vai ser verdade. Aliás do que se trata aqui (e eu não corroboro do que aqui foi dito e concordo com V. Exa) dizendo que 560 mil euros não são irrelevantes para a Câmara de Aveiro. Mas não tenho a certeza se eles não são irrelevantes em face da alienação de influência que vai ser feita e que vai deixar de existir a troco de 560 mil euros. Mas eu parece-me que a Câmara de Aveiro concertadamente com outros municípios não fazem bem em fazer esta alienação.

Por último deixar aqui uma breve nota, que de facto foi corroborado pelo PSD, V. Exa também não o esconde (e aparentemente é só essa a razão), espero que não haja mais empresas e que o Senhor Presidente leve lá os documentos à Assembleia Intermunicipal quando nós lá reunirmos para vermos então o que é que combinaram entre vós, sustentadamente, por escrito, para nós percebermos porque é que decidiram assim. Porque aqui é só a questão do dinheiro, é só a questão financeira que está em cima da mesa. Nós damos relevância a outra perspectiva da decisão, que neste caso entendemos que não deveria ser tomada. É esta a nossa posição. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴¹

“Só umas breves notas. Filipe Guerra só para dizer que nós sentimo-nos muito bem representados na nova empresa Águas do Centro Litoral, pelo nosso colega Presidente da Câmara de Vagos, Silvério Regalado, para defender os nossos interesses. Portanto, estamos tranquilos, temos um administrador que nos representa com qualidade mas também temos confiança nos administradores da AdP. Não são as sedes que gerem as empresas, são as pessoas que gerem as empresas e estamos tranquilos com a qualidade dos administradores que a ACL tem, os do grupo AdP e o nosso representante Silvério Regalado, dado que deixámos a administração sem um dos lugares à espera que o nosso colega Presidente da Câmara de Coimbra, que tem de per si dez por cento da empresa, possa assumir o direito que tem de ser administrador.

O António Neto fez a pergunta se eu acho que isto é tudo a antecâmara da privatização. Sinceramente, não acho. Não tenho nenhum indicador objetivo sobre isso, não tenho, do meu ponto de observação, nenhuma nota objetiva e temos imenso trabalho com a AdP, somos parceiros em muitas coisas, desde logo na nossa Águas da Região de Aveiro. Não tenho nenhum indicador objetivo que esteja esse processo em desenvolvimento.

Relembro que há sempre este problema: o gestor político da herança, desde junho de dois mil e treze, dos dois mandatos anteriores é o Movimento Independente Juntos por Aveiro. É uma nota histórica para si, para a sua cultura política, porque assim foi a decisão dos partidos e das pessoas. Portanto, é a vida, mesmo que por mais que de vez em quando dê jeito que assim não fosse é o Movimento Independente Juntos por Aveiro o herdeiro dos dois mandatos anteriores por decisão de quem de direito de junho de dois mil e treze e, depois, devidamente selada, eu sei que isto não dá muito jeito ao Bloco de Esquerda que passa a vida a perder eleições, com o resultado da eleição de setembro do mesmo ano.

Dr. Marques Pereira eu vou poupar todos os nossos colegas a uma discussão sobre realidade e verdade histórica. O que o Sr. disse não é verdade. Somos dois rapazes sérios, vamos continuar a ser, mas vai-me permitir um conhecimento com uma profundidade muito diferente da sua. E, de facto, não é verdade que só se estudou esta localização. Tive imensas reuniões, incluindo no terreno, com os pés, não na lama porque fomos lá de verão, em dois outros municípios da nossa região. A localização da UTMB-norte da ERSUC foi estudada com outras localizações em municípios da Região de Aveiro, ponto final parágrafo. Quando eu estou a dizer que Aveiro fez mal, fez tudo com os pés, e não começou o processo no primeiro mandato do Dr. Élio Maia; começou o processo no último mandato do Dr. Alberto

Souto. Que é outra verdade histórica. Mas deixar claro que houve outros municípios que, não foi rejeição liminar, foram meses e meses, reuniões e reuniões, visitas ao terreno, nomeadamente na área norte do Município de Anadia e na área sul do Município de Águeda. Isto para as localizações de última linha, do último estudo, porque no primeiro estudo foram muitas outras estudadas. Portanto não vale a pena virmos para aqui com “em Aveiro foi só...”, não tem nada a ver com isso, porque este processo, não é um processo do Município de Aveiro. Este processo é um processo dos trinta e seis municípios da ERSUC. Eu sei que lhe dá jeito a dialética, elevar a voz e dizer que “em Aveiro não se estudou outra localização”! Só que o processo não tinha a ver com o Município de Aveiro, tinha a ver com trinta e seis municípios da ERSUC. E Aveiro geriu isto com os pés! E Anadia e Águeda não geriram isto com os pés, geriram isto com grande qualidade. E esta é a verdade histórica. Eu não vou escrever nenhum livro sobre isto. Há pessoas que escrevem livros dez anos depois das operações terminarem, eu não vou escrever nenhum livro. Procurar deturpar a história enquanto eu for vivo e estiver em funções, negativo. Não se discute a ERSUC à escala do município de Aveiro mas à escala da ERSUC, dos seus trinta e seis municípios. Eu tenho boa memória, fui presidente de câmara de um outro município da ERSUC durante dezasseis anos, portanto, conheço este dossier como a palma da minha mão. Não é, por isso, umas pessoas que também sabem umas coisas que me vêm dar notas de lições históricas sobre a matéria.

Outro erro de V. Exa. que é para os nossos jornalistas não pensarem que nós fizemos inaugurações clandestinas. Primeiro, não houve nenhum ato de inauguração da rotunda sobre a EN253 e da nova ligação dessa mesma rotunda de Mamodeiro até à UTMB. Não fizemos nenhum ato inaugural. Segundo, ainda se trata de uma estrutura em obra que tem a ERSUC como entidade titular, até porque ainda há alguns aspetos da obra a serem tratados. Quero avisar toda a gente que a declaração convicta do Dr. Marques Pereira de que fizemos a inauguração, e repetiu-a duas vezes, como se poderá ouvir na gravação. Estou a informar a Assembleia e os cidadãos que ouvem o que aqui dizemos pela comunicação social que não inaugurámos. Deixar claro que aquela obra já está ao dispor público mas ainda não está entregue à Câmara.

Estamos a tratar de tudo para que seja entregue à Câmara e no ato da entrega haverá um ato de assinalamento. Não houve inauguração. Isto tudo até porque há dias houve uma notícia que tínhamos inaugurado aquela ridícula ponte na ligação da Baixa de Santo António e o Parque Infante D. Pedro. Eu telefonei ao jornalista a dizer-lhe que não inaugurámos nada porque aquilo ainda é do empreiteiro e nem sequer está entregue à Câmara. É só uma pequena nota.

E segredos!? Não há documentos secretos. Há é documentos que não devem ter partilha enquanto os processos negociais estão em curso — o que é uma outra coisa. Tem a ver com a gestão da instituição e de um processo que termina hoje.”

De seguida, O presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 2 - Apreciação e votação da Opção de venda da participação detida pelo Município de Aveiro no Capital Social da ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, SA., sendo o mesmo aprovado⁰⁴² por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD16+CDS6+JPA1), zero abstenções, e onze votos contra (PS8+BE1+PCP1+JPA1).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰⁴³

“O PCP deseja fazer na declaração de voto a minha primeira intervenção neste ponto.”

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário que para este período regimental não existia nenhum munícipe inscrito.

Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão,⁰⁴⁴ não se verificando pedidos de intervenção.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Continuando, o presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Extraordinária Agosto.

Eram 24:00 horas do dia 12 de Agosto de 2015.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)